



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Presidente Prudente

LARISSA OLIVEIRA DIONISIO

**O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE  
PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS NA REGIÃO DE  
PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Presidente Prudente – SP

2018

**LARISSA OLIVEIRA DIONISIO**

**O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS  
HORTIFRUTIGRANJEIROS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Monografia apresentada ao Conselho de Curso de Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

PRESIDENTE PRUDENTE - SP

2018

D592p      Dionisio, Larissa Oliveira  
O papel da CEAGESP na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros na Região de Presidente Prudente - SP / Larissa Oliveira Dionisio. -- Presidente Prudente, 2018  
98 p. + 1 CD-ROM

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente  
Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

1. CEAGESP. 2. Abastecimento. 3. Produção. 4. Hortifrutigranjeiros. 5. Circuitos espaciais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LARISSA OLIVEIRA DIONISIO

**O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS  
HORTIFRUTIGRANJEIROS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP**

Trabalho de Graduação aprovado como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Presidente Prudente, à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol  
Departamento de Geografia, UNESP

Prof. Dr. Carlos de Castro Neves Neto  
Instituto Federal de Educação, Ciências e  
Tecnologia de São Paulo, IFSP

Profa. Dra. Maria Terezinha Serafim Gomes  
Departamento de Geografia, UNESP

Presidente Prudente – SP, 03 de Dezembro de 2018

## AGRADECIMENTOS

Sou grata a minha família, especialmente a minha mãe, Vera Lúcia de Oliveira, por ter me educado, me apoiado incondicionalmente, me incentivado nos momentos difíceis, suportado todo o meu jeito e manias e me dado o espaço necessário para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Ao meu irmão, William Oliveira Dionisio, pelas conversas e indagações que pareciam tão simplistas, mas que permitiram compreender a realidade de uma forma elementar ao passo que possibilitou o desenvolvimento de um pensamento mais elaborado sobre uma gama de assuntos, incluindo o tema deste trabalho.

Ao meu queridíssimo amigo, Carlos Eduardo de Almeida Sampaio, que me ensinou a ver a vida com um pouco mais de otimismo e que me estimulou a sempre oferecer o melhor de mim em cada tarefa, mesmo as não tão gratificantes.

Ao meu estimado amigo, Alan da Silva Vinhaes, que suportou minha má disposição e impertinência, que me amparou nos momentos de dificuldade, não permitindo minha desistência e me incentivou quando, por um momento, eu acreditei que não valia mais a pena.

Ao Professor Doutor Carlos de Castro Neves Neto, que no início dessa pesquisa me auxiliou com dicas que permitiram o desenvolvimento deste trabalho até o presente momento.

Também tenho imensa gratidão aos funcionários da CEAGESP, dos mercados, supermercados e hipermercados, bem como os feirantes, que foram muito receptivos, me deram todo o suporte necessário para realizar a pesquisa, à medida que foram essenciais para constituição de parte deste trabalho.

Ao meu orientador, Professor Doutor Antonio Nivaldo Hespanhol, pelo suporte, pelas correções e incentivos, além da orientação e apoio na elaboração deste trabalho.

Agradeço a esta Universidade e seu corpo docente, direção e administração que proporcionaram a oportunidade de um desenvolvimento pessoal e profissional.

Agradeço a FAPESP, pela concessão da bolsa de estudos, pois, sem ela, a qualidade da pesquisa seria reduzida.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, meu muito obrigada!

## **RESUMO**

A Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) foi criada em 1969, tendo como principal função armazenar grãos e comercializar produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e um complexo de 13 unidades atacadistas, sendo uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A pesquisa tem como objetivo principal analisar a atuação da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente como ponto de convergência de produtos hortifrutigranjeiros, com base na atuação de empresas e agentes vinculados aos circuitos superior e inferior da economia urbana. As análises foram empreendidas tendo como base os pressupostos da teoria dos dois circuitos da economia urbana desenvolvida por Santos (1976; 1979), associada à noção de circuitos espaciais de produção, desenvolvida pelo mesmo autor no ano de 1986. Para a consecução dos objetivos, foram efetuadas pesquisas documental e bibliográfica, levantamento de dados estatísticos e realizadas entrevistas com administradores da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente, com permissionários, transportadores e clientes do mesmo entreposto.

**Palavras-chave:** CEAGESP, Abastecimento, Produção, Hortifrutigranjeiros, Circuitos espaciais.

## **ABSTRACT**

The Company of Warehouse and Generals Warehouse of São Paulo (CEAGESP) was created in 1969, having main function to store grains and market horticultural. The CEAGESP owns the largest public network of warehouse in the State of São Paulo and a complex of 13 wholesale unit, being a mixed economy company linked to Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA). The main objective of this research is analyzed the performance of CEAGESP unit of Presidente Prudente as a point of convergence of horticultural products, based and agents linked to the upper and lower circuits of the urban economy. The analyzed were undertaken based of the assumption of Theory of the Two Circuits of Urban Economy developed by Milton Santos (1976,1979), combined to the notion of space circuits of production, developed by the same author in year 1986. For the accomplishment of the objectives, the documentary and bibliographic reseraches were carried out, statistical data were collected and interviews were conducted with the administrators of CEAGESP unit of Presidente Prudente, with permission holders, transporters and clientes of the same warehouse.

**Keywords:** CEAGESP, Supply, Production, Horticultural, Space Circuits.

## **Lista de Figuras**

<b>Nº</b>		<b>Pág</b>
<b>1</b>	– Os elementos dos dois circuitos da economia urbana	55
<b>2</b>	– Armazém convencional de Presidente Prudente e ao fundo silo vertical	74
<b>3</b>	– Feira Livre da Avenida Manoel Goulart em Presidente Prudente	77

## **Lista de Fotos**

<b>Nº</b>		<b>Pág.</b>
<b>1</b>	- Fachada da unidade CEAGESP de Presidente Prudente.	65
<b>2</b>	- Demarcação dos módulos da CEAGESP de Presidente Prudente	68
<b>3</b>	- Fachada do Mercado Ideal	79
<b>4</b>	- Fachada do Supermercado Econômico	79
<b>5</b>	- Hipermercado Carrefour	80
<b>6</b>	- Fachada do Muffato Max em Presidente Prudente	81

## Lista de Gráficos

<b>Nº</b>		<b>Pág.</b>
<b>1</b>	– Produto Interno Bruto de Presidente Prudente (Valor adicionado - 2015)	24
<b>2</b>	– Número de UPAs, no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo 2007/08, por estrato de área (em hectare)	25
<b>3</b>	– Percentual de participação total da rede CEAGESP	42
<b>4</b>	– Quantidade de hortigranjeiros, em Kg, comercializada na CEAGESP de Presidente Prudente, nos anos de 2005 a 2016	71
<b>5</b>	– Quantidade mensal de hortigranjeiros comercializada na CEAGESP de Presidente Prudente, no ano 2016 (em Kg.)	72
<b>6</b>	– Percentual dos produtos hortifrutícolas adquiridos da CEAGESP pelos estabelecimentos pesquisados	82

## **Lista de Mapas**

<b>Nº</b>	<b>Pág.</b>
<b>1</b> – Localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo e Brasil.	17
<b>2</b> – Regiões Geográficas Imediatas do Estado de São Paulo.	18
<b>3</b> – Regiões Geográficas Intermediárias do Estado de São Paulo.	19
<b>4</b> – Localização do município de Presidente Prudente.	20
<b>5</b> – Entrepostos da CEASA no Brasil.	31
<b>6</b> – Localização dos entrepostos da CEAGESP no estado de São Paulo	40
<b>7</b> – Localização das unidades de armazenagem da CEAGESP no Estado de São Paulo	43
<b>8</b> – Área de influência da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente – SP	67
<b>9</b> – Fluxo de hortifrutigranjeiros dos municípios do estado de São Paulo para a CEAGESP de Presidente Prudente.	69
<b>10</b> – Cidade de Presidente Prudente	76

## **Lista de Quadros**

<b>Nº</b>		<b>Pág.</b>
<b>1</b>	- Ano de instalação das primeiras centrais de abastecimentos nas cidades brasileiras	36
<b>2</b>	- Cidades nas quais foram implantadas as unidades da CEASA entre 1975 e 1979	36
<b>3</b>	- Principais produtos comercializados nas unidades CEAGESP	42
<b>4</b>	- Operações realizadas pelos municípios que possuem armazéns da CEAGESP	44
<b>5</b>	- Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos	52

## Lista de Tabelas

Nº	Pág.
1 – Número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) e área ocupada em hectares, por diferentes tipos de uso da terra no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, 2007/08.	24
2 – Número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) e área cultivada com diferentes produtos no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, 2007/2008	26
3 – Bovinocultura em Presidente Prudente, entre 2015 e 2017	27
4 – Exploração animal no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, 2007/08	28
5 – Volumes médio mensais e anuais comercializados nas unidades da CEAGESP	41
6 – Municípios que possuem armazenagem convencional da CEAGESP	44
7 – Municípios que possuem silos verticais da CEAGESP	45
8 – Municípios que possuem graneleiros da CEAGESP	45
9 – <i>Ranking</i> de comercialização das centrais de abastecimento em 2007	47
10 – Mão de Obra utilizada por permissionários da CEAGESP de Presidente Prudente para a produção hortifrutícola, em 2017.	70
11 – Quantidade de hortigranjeiros comercializados nos mercados atacadistas, da Região Sudeste, em 2016	73

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	14
1. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE E O MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL .....	17
2. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO .....	30
2.1 A Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.....	35
3. AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO, OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO .....	51
3.1 O circuito espacial de produção e sua correlação com os dois circuitos da economia urbana e com as centrais de abastecimento .....	57
3.2 A CEAGESP de Presidente Prudente, seu circuito espacial de produção e sua correlação com os dois circuitos da economia urbana.....	65
CONCLUSÃO .....	82
REFERÊNCIAS .....	84
ANEXOS .....	88

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda o problema do abastecimento e do escoamento da produção hortifrutigranjeira no município de Presidente Prudente, a medida que será estudado o papel da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) de Presidente Prudente, visando discutir seu papel no abastecimento e suas vantagens e desvantagens para a circulação e distribuição hortifrutigranjeira no município.

A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) foi criada no ano de 1969. No entanto, a unidade da CEAGESP de Presidente Prudente foi implantada somente no ano de 1981, sua infraestrutura é chamada de entreposto e é constituída por boxes e módulos.

Sua principal função é comercializar produtos hortifrutigranjeiros, bem como armazenar grãos e produtos embalados. A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e um complexo de 13 unidades atacadistas. Trata-se de uma empresa de economia mista<sup>1</sup> vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Não há trabalhos que analisem a integração entre os circuitos da economia urbana e os diversos circuitos espaciais propiciados pela CEAGESP de Presidente Prudente, a qual abastece mercados, supermercados, atacadistas, feiras, quitandas. Em razão disso foram consultados trabalhos sobre a CEAGESP de outros municípios e as CEASAS de outros estados, bem como sobre a temática dos circuitos espaciais de produção e dos dois circuitos da economia urbana.

O projeto de investigação que deu origem a este trabalho está inserido num projeto maior apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) intitulado “Políticas Públicas, Mercados Institucionais e Agricultura Urbana/Periurbana” (Processo nº 88887.115964/2016-01 do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil - PGPSE), em execução no âmbito do Grupo de Estudos de Dinâmicas Regionais e Agropecuária (GEDRA) da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente, em parceria com pesquisadores das Universidades Federais de Santa Catarina e do Rio Grande do Norte.

---

<sup>1</sup> “É uma rede gerida publicamente, mas operada pela iniciativa privada.” (CUNHA; CAMPOS, 2008, p.2).

O objetivo principal do trabalho é compreender o papel desempenhado pela CEAGESP na comercialização e no abastecimento regional de produtos hortifrutigranjeiros, bem como analisar a sua integração aos dois circuitos da economia urbana. Constituíram-se objetivos específicos da pesquisa:

- a) Compreender a interação da CEAGESP de Presidente Prudente, como agente misto, entre os circuitos superior e inferior da economia urbana;
- b) Estudar a história das centrais de abastecimento, com ênfase na Região de Presidente Prudente.
- c) Analisar a CEAGESP como ponto de convergência de produtos hortifrutigranjeiros produzidos e consumidos em Presidente Prudente e região.
- d) Investigar como a CEAGESP de Presidente Prudente se relaciona com os circuitos espaciais dos principais produtos agrícolas nele comercializados.

A unidade da CEAGESP de Presidente Prudente se constitui num importante ponto de convergência de produtos hortifrutigranjeiros e de empresas que integram os circuitos superior e inferior da economia urbana, sendo um elo importante dos circuitos espaciais de produção de vários produtos agrícolas.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- levantamento bibliográfico sobre a história das centrais de abastecimento, os circuitos espaciais de produção e os circuitos superior e inferior da economia urbana;
- coleta de dados e informações de fonte secundária referente à produção de hortifrutigranjeiros na Região de Presidente Prudente;
- levantamento de dados estatísticos, referentes à produção hortifrutigranjeira na Região de Presidente Prudente, em publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- levantamento de dados e informações constantes em documentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais (ABCAO), do Instituto Brasileiro de Horticultura (IBRAHORT), da Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (ABRACEN) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da própria CEAGESP.

Foram realizadas pesquisas empíricas para a obtenção de dados e informações de fonte primária a partir de entrevistas com pessoas chaves e da aplicação de formulários nas empresas que possuem Boxes na CEAGESP de Presidente Prudente e dos compradores de produtos no referido entreposto. Para a pesquisa empírica em instituições que compram os

produtos da CEAGESP de Presidente Prudente, foram selecionados aleatoriamente dois hipermercados, dois supermercados e dois pequenos mercados situados em bairros de Presidente Prudente, bem como 10 feirantes que vendem produtos hortifrutigranjeiros na principal feira livre da cidade de Presidente Prudente e 10 produtores rurda região de Presidente Prudente.

A unidade da CEAGESP de Presidente Prudente conta com 96 permissionários que comercializavam produtos hortifrutigranjeiros e mudas de plantas. Para a coleta de dados foi estabelecida uma amostra de 20% do total, o que equivale a 19 permissionários da CEAGESP.

Presidente Prudente é um município localizado no interior do estado de São Paulo, estabelecido a oeste da capital do estado. O município atualmente é formado pelo distrito sede e outros quatro distritos (Montalvão, Eneida, Floresta do Sul e Ameliópolis), sendo o principal polo cultural, industrial e de serviços, se constituindo no principal centro econômico regional.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo são apresentadas as principais características a região de Presidente Prudente, bem como da cidade homônima e sua relação com o meio técnico-científico-informacional.

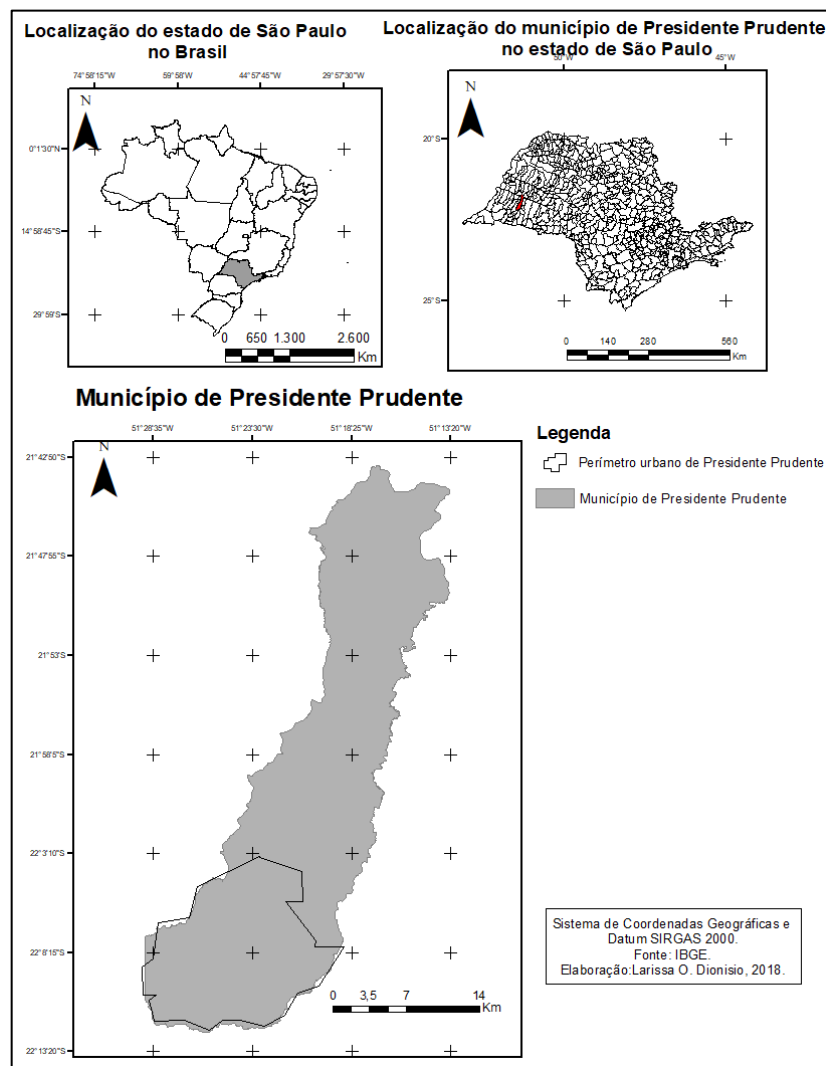
No segundo capítulo, é desenvolvido a relação ente o meio técnico-científico-informacional e as centrais de abastecimento. No subcapítulo é abordado as centrais de abastecimento, fazendo à contextualização histórica de sua implementação no Brasil e demonstrada as relações existentes entre as centrais de abastecimento com a segurança alimentar.

No terceiro capítulo é abordado a teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana, a medida que há a diferenciação de ambos e a conceituação. Em seu primeiro subcapítulo é explicado os circuitos espaciais de produção e como ele está conectado com a teoria dos dois circuitos. Em seu segundo subcapítulo é abordado a CEAGESP de Presidente Prudente e os dois circuitos da economia urbana, além da análise do papel exercido pelo referido entreposto no contexto dos dois circuitos da economia urbana. Neste item se encontram os dados sistematizados e analisados da pesquisa de campo e uma breve explanação sobre os dois circuitos da economia urbana.

## 1. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE E O MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Presidente Prudente possui área de 560,637 km<sup>2</sup>, dos quais 16,560 km<sup>2</sup> estão em perímetro urbano<sup>2</sup>. O município se localiza no oeste do estado de São Paulo, conforme se verifica no mapa 1.

**Mapa 1** – Localização de Presidente Prudente no estado de São Paulo e Brasil.



Fonte: IBGE (2017)

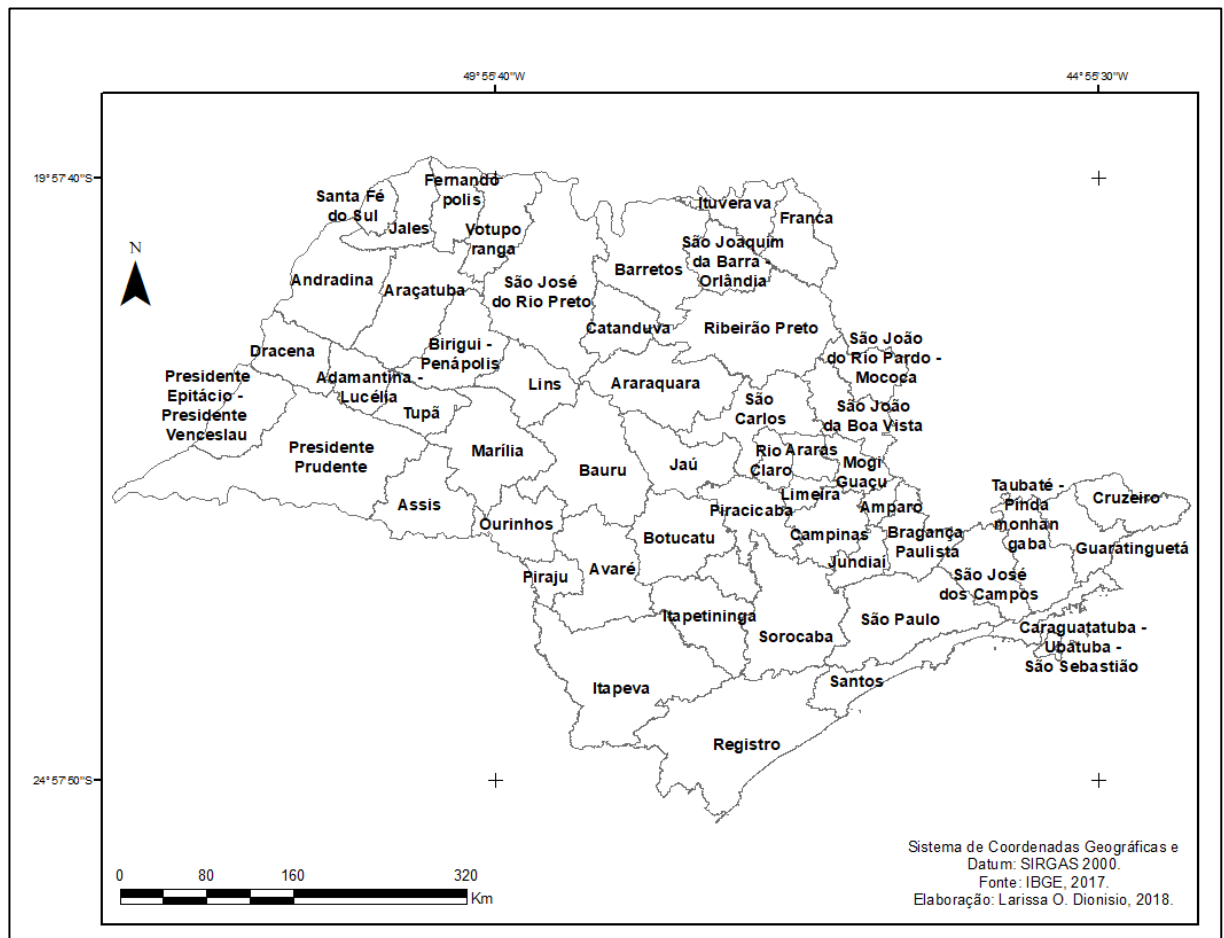
<sup>2</sup> Área da unidade territorial. Dados de 2016. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm) Acessado em 10 Out. 2017

Segundo o IBGE (2017), as microrregiões são elementos importantes que constituem a mesorregião, foram definidas através da especificidade da produção agropecuária, industrial, pesqueira e da extração de minerais, ainda que

Para a compreensão das especificidades da estrutura produtiva, utilizaram-se, também, informações sobre o quadro natural e sobre relações sociais e econômicas particulares, compondo a vida de relações locais pela possibilidade de atender à população por meio do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos (IBGE, 2017, p. 73).

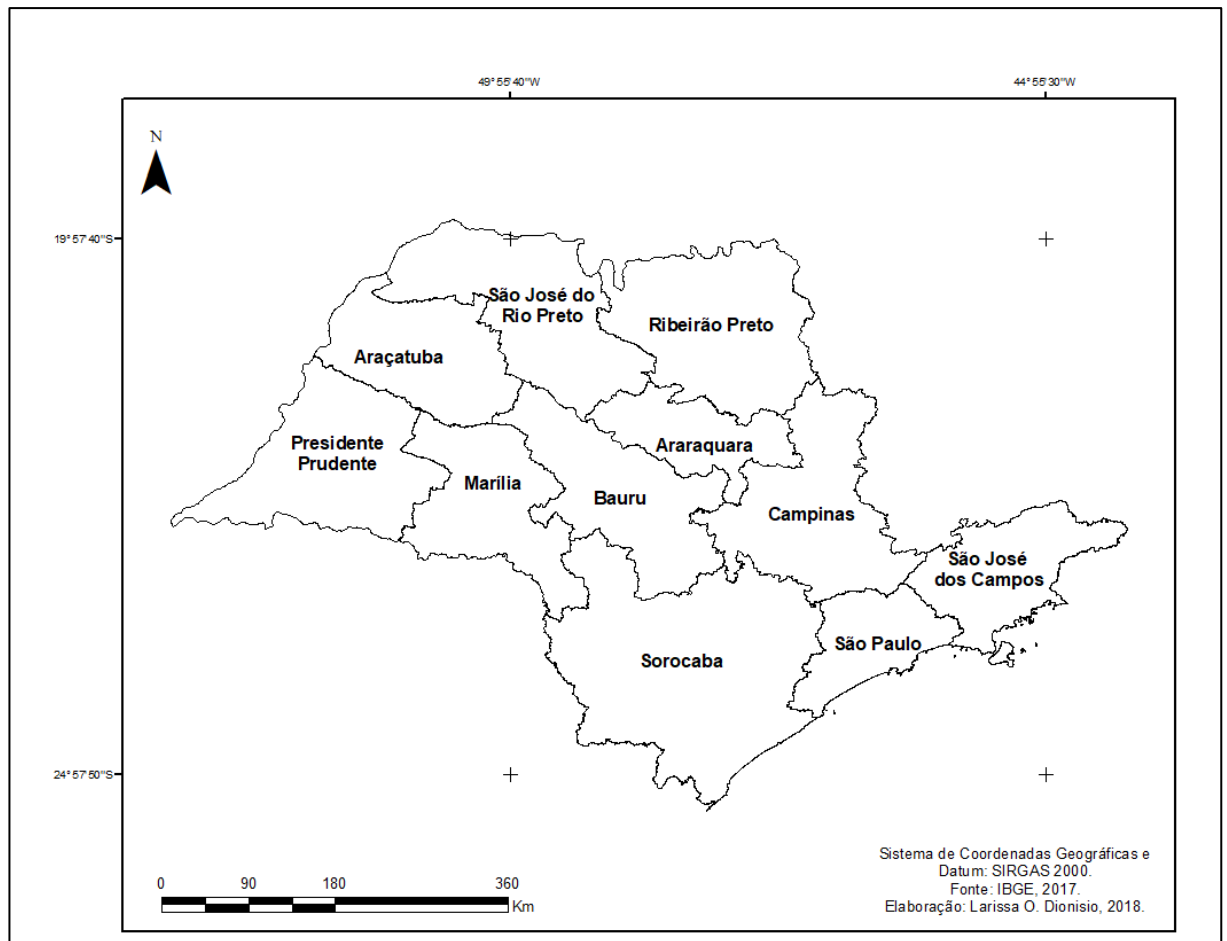
No ano de 2017, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) propôs uma nova divisão regional para o território brasileiro, que divide o território em regiões imediatas, conforme mapa 2, e intermediárias, como observado no mapa 3. A região geográfica intermediária são escalas intermediárias entre unidades da federação e as regiões geográficas imediatas. As regiões geográficas imediatas têm na rede urbana seu principal elemento de referência.

**Mapa 2– Regiões Geográficas Imediatas do Estado de São Paulo.**



Fonte: IBGE (2017)

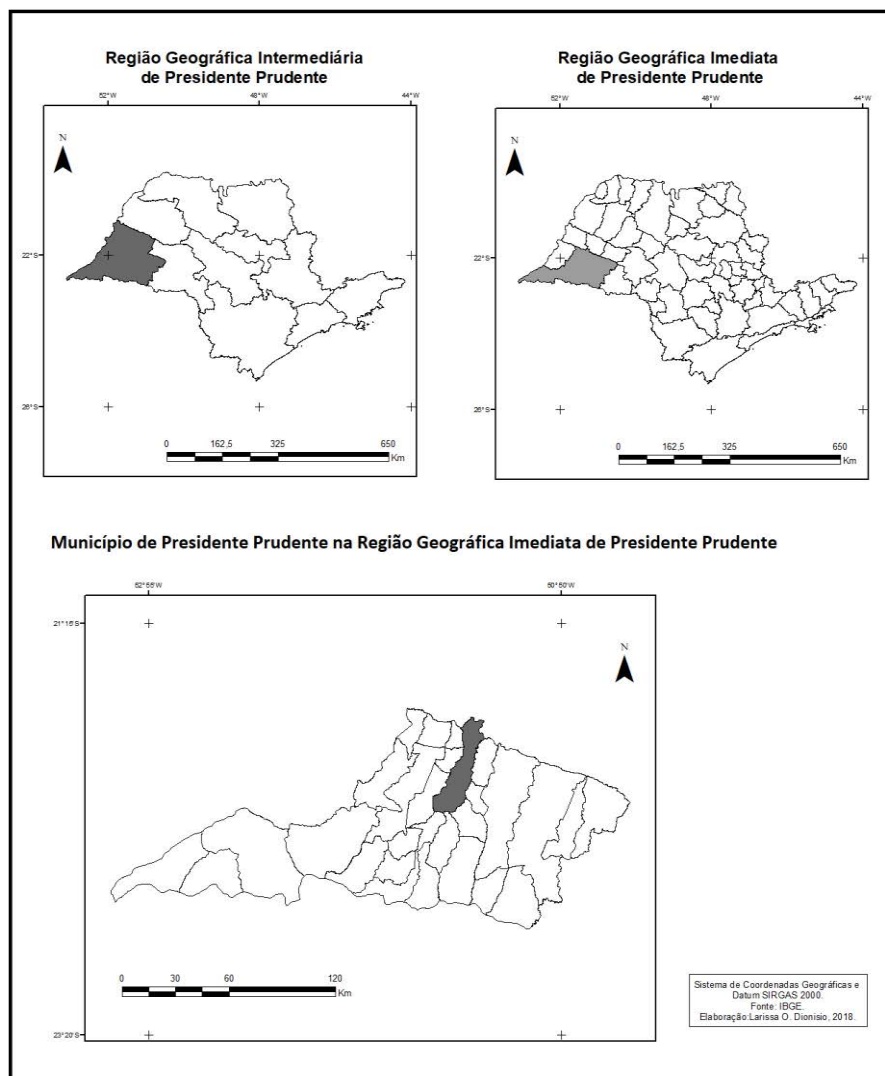
**Mapa 3– Regiões Geográficas Intermediária do Estado de São Paulo.**



Fonte: IBGE (2017)

No caso do município de Presidente Prudente, como se verifica no mapa 4, é uma região geográfica intermediária dividida em quatro regiões imediatas que são: Adamantina/Lucélia; Presidente Prudente, Dracena e Presidente Epitácio/Presidente Venceslau. Presidente Prudente é um município localizado no oeste do estado de São Paulo e é formado pelo distrito sede e outros quatro distritos (Montalvão, Eneida, Floresta do Sul e Ameliópolis), com cerca de 225 mil habitantes, segundo dados do IBGE (2017).

**Mapa 4 – Localização do município de Presidente Prudente.**



Fonte: IBGE (2017).

Segundo dados do Museu Municipal de Presidente Prudente (2018), até meados do século XIX a região do oeste do estado de São Paulo era pouco conhecida e povoada, os primeiros desbravadores foram mineiros, atraídos pelas terras que propiciavam a bovinocultura e suinocultura, o primeiro desbravador do sertão do Paranapanema foi José Teodoro de Souza.

Segundo Abreu (2001), a ocupação da atual região de Presidente Prudente se deu na segunda metade do século XIX. Os primeiros desbravadores foram José Teodoro de Souza, João da Silva de Oliveira e Francisco de Paula Morais. O surgimento da cidade de Presidente Prudente se deu a partir de dois latifúndios que pertenceram a João da Silva Oliveira e Francisco Paula Morais. Abreu (2001) aponta que a cidade nasceu de dois núcleos urbanos importantes para as vendas de terras feitas pelo Coronel Goulart e pelo Coronel Marcondes,

como um centro que conectava o povoado e o sertão, isto é, um local tanto de abastecimento de gêneros alimentícios quanto de instrumento de trabalho.

Em 14 de setembro de 1917 ocorreu à primeira derrubada de mata virgem, em 1918 a primeira planta da futura cidade estava concluída, contendo praças espaçosas, traçados de ruas e avenidas largas. Em 1919 é inaugurado oficialmente o transporte de passageiros e de cargas pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana (IBGE, 2016).

Segundo Santos (2005), no início do século XIX ganha expressividade a mecanização do território, tendo sido criado o meio técnico em substituição ao meio natural, todavia, atualmente, esta última categoria é insatisfatória, sendo utilizado, portanto, a categoria de meio técnico-científico-informacional, ao passo que o meio técnico-científico-informacional se trata do meio geográfico da atual conjuntura.

O advento do meio técnico-científico-informacional se deu após a Segunda Guerra Mundial, na medida em que o processo de integração do território foi facilitado, contudo o período técnico-científico-informacional só foi arraigado na década de 1970 que foi marcada

[...] pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a circulação (SANTOS, 2005, p. 38).

Esse meio técnico-científico informacional, conforme Santos (2005), foi responsável pela informatização do território, através de investimentos maciços em infraestrutura. No Brasil alguns fatos devem ser destacados neste período como o desenvolvimento da configuração territorial, seu desenvolvimento se deu através dos sistemas de telecomunicações e transportes, bem como da produção de energia. O segundo aspecto a ser considerado é o aprimoramento da produção material, no caso brasileiro se tratou da produção agrícola e industrial, que sofreu com a mudança na estrutura de sua circulação e distribuição. Por fim, o desenvolvimento de novas formas econômicas deve ser levado em consideração, pois, não se tratou apenas do aperfeiçoamento das formas de produção materiais, mas também a expansão das formas de produção não materiais, como educação, lazer, saúde, dentre outras, tratam-se de formas de consumo que se alastraram pelo território.

O mesmo autor ainda ressalta que neste período a informação se amplia, ganhando nova profundidade, ou seja, a informação é instantânea e os objetos são dotados de conteúdo informacional, já o espaço se torna fluído em razão dessa integração do território, promovendo que fatores de produção, como mercadorias, trabalho, produtos e capital, desenvolvam mobilidade.

Abreu (2001) salienta que a criação de Presidente Prudente se deu no contexto da marcha do café no extremo Oeste Paulista motivada pela implantação da Estrada de Ferro Sorocabana, ou seja, o povoamento da região tinha como principais fatores a busca de solos para o cultivo de café e a especulação com terras, por meio do loteamento de grandes glebas. Os núcleos urbanos surgiram como suporte para a exploração econômica regional. Na primeira metade da década de 1920 se deu o auge da produção cafeeira em Presidente Prudente.

No entanto, com a crise de 1929 e as concorrências de outros países ocorre a decadência da produção de café, sendo substituída pelo algodão no final de 1920, o qual possibilitou a implantação de empresas estrangeiras nas cidades do oeste-paulista.

No que concerne às atividades agrícolas, com a mecanização do meio geográfico, houve o advento do meio técnico-científico-informacional que produziu atividades agrícolas atreladas ao conhecimento científico. Conforme Santos (2000), a produção agrícola passou a receber influências de leis que regem aspectos da produção econômica, tendo à agricultura a necessidade de técnicas, informação e ciência, tendo sido ampliadas as quantidades produzidas aumentaram.

Conforme ocorreu a diminuição da produção de café, outros produtos, como algodão, amendoim, arroz, batata, feijão e milho ampliaram a sua importância na região de Presidente Prudente. Essa produção serviu de suporte para aumentar o número de estabelecimento nos municípios, à medida que auxiliava o crescimento econômico<sup>3</sup>. Em 1940 a pecuária foi incentivada, ao passo que houve o desmatamento das áreas que ainda não haviam sido exploradas, segundo dados do Museu Municipal de Presidente Prudente, no ano de 1940, 44,7% das terras aproveitáveis da região constituíam-se de pastagens.

Segundo dados do Museu Municipal de Presidente Prudente (2018), houve a transformação do núcleo urbano, cuja principal finalidade era dar apoio à exploração agrícola, em centro comercial de beneficiamento de produtos agrícolas e de prestação de serviço a toda Alta Sorocabana, constituindo a tendência a se tornar capital regional. No que concerne à população, em 1940, o município possuía 12.637 habitantes na área urbana e 57.879 habitantes na área rural, já em 1950, a população urbana teve 127% de crescimento, alcançando 28.793 habitantes; já a área rural teve um decréscimo neste ano, em razão do desmembramento municipal, como o de Álvares Machado, Pirapozinho e Regente Feijó, o número total de habitantes na área rural foi de 32.551. Em 1960, a população estimada foi de

---

<sup>3</sup> Museu Municipal de Presidente Prudente. Disponível em: <<  
<http://museu.presidenteprudente.sp.gov.br/museu/historicomunicipalHistorico.jsp>>> Acessado em: 22 de out. 2017.

54.055 habitantes nas áreas urbanas, aumentando em 1970, para 91.188, crescendo em 1980, para 127.988.

Foi nos anos 1940 que a maioria das terras aproveitáveis da região passou a ser utilizada pelas pastagens, havendo o aumento da importância da pecuária na Alta Sorocabana.

Ainda segundo dados do Museu Municipal de Presidente Prudente (2018), foi a partir da pavimentação das estradas em 1950, que Presidente Prudente alcançou posição de cidade importante para o entroncamento rodoviário, em seu processo de expansão, a cidade incorporou gradativamente o espaço rural, de modo que a compra de terras, anteriormente com objetivo agrário, assumiu a conjuntura de mercadoria, ou seja, o espaço rural adquirido seria vendido como urbano, para atender as demandas da expansão urbana, que se ampliava cada vez mais devido ao aumento das atividades de indústria, comércio e serviços, culminando também no aumento de habitantes e na necessidade de habitação.

Em 2000, a população de Presidente Prudente atingiu 200.000 habitantes, atualmente Presidente Prudente conta com três núcleos industriais, um aeroporto, dois shoppingcentres, dois teatros, treze clubes sociais, um Estádio Municipal, um Ginásio Municipal de Esportes, uma Arena Coberta. Através de festivais como o Festival Nacional de Teatro (FENTEPP), o Sushi Fest, Festa das Nações, Expo-Prudente, dentre outros, tornam a cidade pólo cultural da região através da administração da Secretaria Municipal de Cultura (MUSEU MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE, 2018).

Segundo os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA), no ano agrícola 2007/08, as pastagens ocupavam 33.143,1 hectares no município de Presidente Prudente, aproximadamente 67% da área total, a área para cultura temporária era de 11.900,4 hectares, aproximadamente 24% e a área total para a cultura perene era de 417,4 hectares, aproximadamente 1%. Sendo a área total para atividades agropecuárias de 49.658,7 hectares, conforme se verifica na Tabela 1.

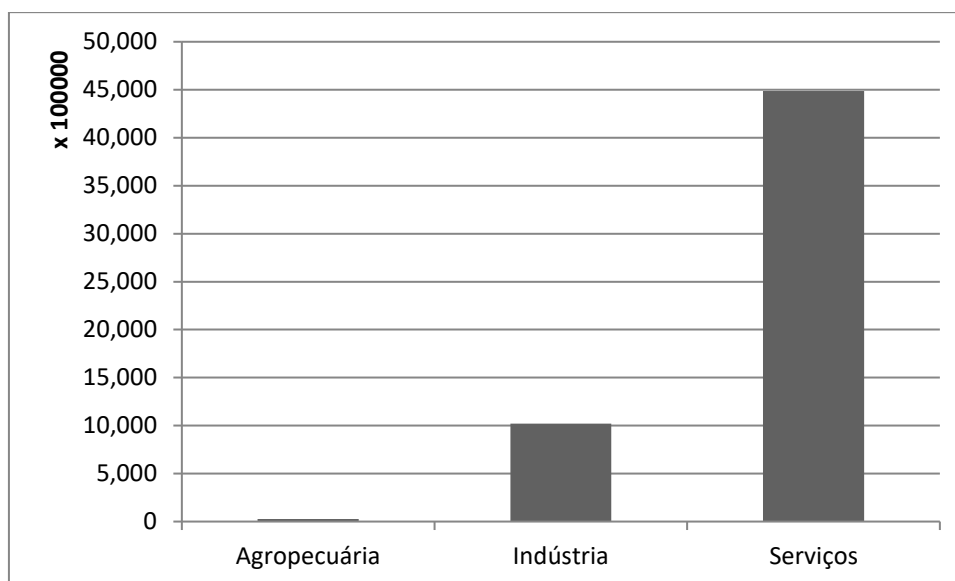
**Tabela 1 – Número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) e área ocupada, em hectares, por diferentes tipos de uso da terra no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, 2007/08**

	N. UPAs	Área Total (Em ha)
Total	1.558	49.658,7
Cultura perene	338	417,4
Cultura temporária	648	11.900,4
Pastagens	1.459	33.143,1
Reflorestamento	260	275,1
Vegetação natural	714	2.605,1
Vegetação de brejo e várzea	17	21,7
Área de descanso	21	107,2
Área complementar	1.223	1.188,7

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto Lupa, 2007.

O PIB *per capita* era de 30.817 milhões de reais no mesmo ano. Presidente Prudente se destaca no setor de prestação de serviço, como se verifica no gráfico 1. A agropecuária não é um setor relevante na economia de Presidente Prudente, seu PIB era de 27.501 milhões em 2015, destacando-se a cana-de-açúcar e a batata doce.

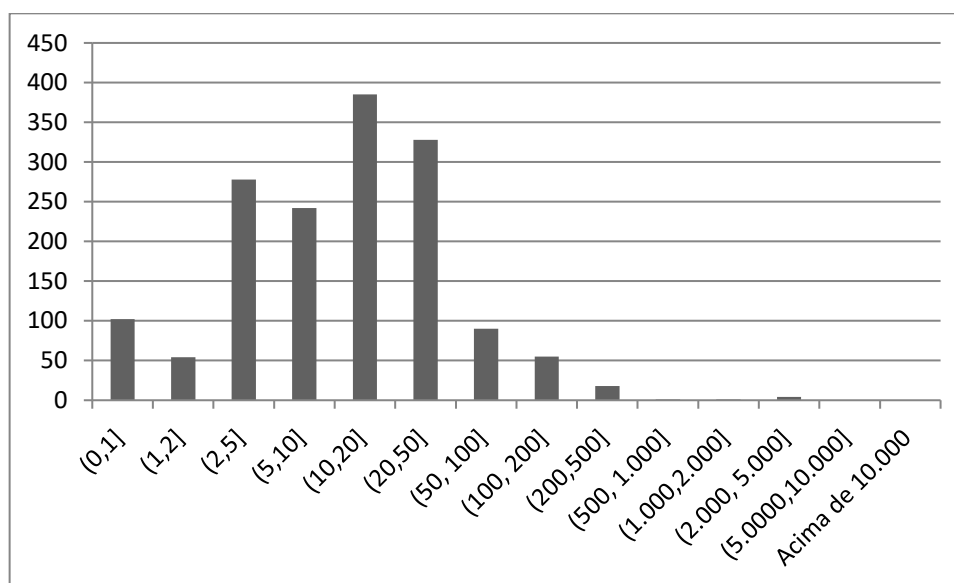
**Gráfico 1 – Produto Interno Bruto de Presidente Prudente – (Valor Adicionado - 2015)**



Fonte: IBGE, 2015.

As unidades de produção agropecuária que possuem áreas entre 10 e 20 hectares, 20 e 50 hectare e entre 2 a 5 hectares são as mais recorrentes no município, em termos de número, como se verifica no gráfico 2.

**Gráfico 2** – Número de UPAs, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, 2007/08, por estratos de área (em hectares).



Fonte: Secretária de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto Lupa, 2007.

Dentre os dez produtores entrevistados do município de Presidente Prudente, nove eram proprietários e um arrendatário. As principais frutas cultivadas pelos produtores entrevistados eram manga, tangerina, limão, banana e maracujá. As principais atividades desenvolvidas pelos entrevistados eram a exploração da pecuária, o plantio de cana-de-açúcar, milho e eucalipto. Dois ainda produziam melancia e tangerina, sendo que um deles vendia a sua produção a um intermediário.

No município de Presidente Prudente foram pesquisados dez produtores escolhidos de forma aleatória, observa-se que quatro produtores possuía a idade entre cinquenta e sessenta anos, da mesma forma que três tinham a idade entre quarenta a cinquenta anos e dois tinham mais de sessenta anos.

Verificou-se que apenas três produtores pesquisados e seus familiares se dedicam exclusivamente às atividades desenvolvidas nas propriedades rurais, os demais desenvolvem atividades fora da propriedade.

De acordo com os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA), em 2007, o total da área cultivada com cana-de-açúcar era de 9.785,0 hectares em Presidente Prudente, enquanto que a área de cultivo de batata doce era de 1.585,7 hectares, como pode ser observado na tabela 2.

**Tabela 2 – Número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) e área cultivada com diferentes produtos no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, 2007/2008**

<b>CULTURA</b>	<b>Nº de UPAs</b>	<b>área (Em hectares)</b>
Braquiária	1.253	29.207,7
Cana-de-açúcar	367	9.785,0
Gramas	286	3.800,7
Batata-doce	123	1.585,7
Milho	205	638,3
Eucalipto	245	251,3
Mandioca	126	136,3
Manga	51	132,4
Pomar doméstico	212	92,6
Colonião	5	67,4
Feijão	31	59,8
Café	47	55,2
Capim-napier (ou capim elefante)	31	35,4
Coco-da-baia	28	33,5
Milho-silagem	7	24,1
Sorgo-forageiro	2	20,5
Outras florestais	16	19,4
Algodão	2	19,1
Pêra	13	18,0
Abóbora (ou jerimum)	22	17,9
Limão	12	17,0
Mandioquinha	20	16,0
Outras olerícolas	14	14,5
Horta doméstica	30	13,9
Viveiro de flores e ornamentais	1	13,8
Alface	20	13,6
Soja	1	13,0
Amendoim	6	11,8
Outras gramíneas para pastagem	1	11,4
Maracujá	14	11,3

Fonte: Secretária de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto Lupa, 2007.

A área de cultivo de braquiária, responsável pela cria e engorda de bovinos, é de 29.207,7 hectares. Segundo a tabela 3, a bovinocultura de corte teve um crescimento significativo, contudo esta situação se dá mediante ao desenvolvimento da bovinocultura mista na região, ou seja, a pecuária regional de Presidente Prudente tem sido aperfeiçoada de forma mista, com corte e produção de leite, à medida que o produtor encontra maior rentabilidade em destinar o rebanho para ambas às produções.

**Tabela 3 – Bovinocultura em Presidente Prudente, entre 2015 e 2017.**

<b>EDR Presidente Prudente</b>	<b>Bovinocultura de corte (cab.)</b>	<b>Bovinocultura de leite (cab.)</b>	<b>Bovinocultura mista (cab.)</b>
2015	539.075	82.390	224.194
2016	534.518	85.218.	234.046
2017	545.285	104.709.	229.165
Total	1.618.878	82.390	687.405
Varição entre 2015 e 2017(%)	1,15%	27,09%	2,22%

Fonte: IEA,2018.

A tabela 3 demonstra que o número de cabeças de gado para a bovinocultura de corte aumentou em 6.210 novas cabeças entre os anos de 2015 e 2017, variando apenas em 1%, enquanto o número de cabeças de gado destinado à bovinocultura mista aumentou em 4.971 entre os anos de 2015 e 2017, sendo sua variação de 2% entre os anos.

De acordo com o LUPA (2007), a bovinocultura mista é a mais expressiva no município de Presidente Prudente. A área de pastagem para a bovinocultura mista era de 32.495 hectares no ano de 2007. A bovinocultura de corte também é relevante para o município, sendo sua área de 20.828 hectares, conforme se verifica na tabela 4.

**Tabela 4 – Exploração animal no município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, 2007/08.**

ITEM	UNIDADE	N. DE UPAs	TOTAL
Bovinocultura de corte	Cabeças	240	20.828,0
Bovinocultura de leite	Cabeças	161	3.823,0
Bovinocultura mista	Cabeças	987	32.495,0
Bubalinocultura	Cabeças	1	1,0
Apicultura	Colmeias	1	1.000,0
Asininos e muares	Cabeças	87	167,0
Avestruz e ema	Cabeças	4	68,0
Avicultura de corte	Cab./ano	10	890,0
Avicultura ornamental/ decorativo/exótica	Cabeças	75	3.8444,0
Avicultura para ovos	Cabeças	3	570,0
Caprinocultura	Cabeças	14	284,0
Codornicultura	Cabeças	1	15,0
Cunicultura	Cabeças	2	170,0
Equinocultura	Cabeças	790	2.430,0
Minhocultura	Canteiros	3	115,0
Ovinocultura	Cabeças	70	1.582,0
Piscicultura, área de tanques	m <sup>2</sup>	13	36.594,0
Ranicultura	Girinos/ano	1	15.000,0
Suinocultura	Cabeças	106	1.869,0
Outras explorações animal	cabeças	3	470,0

Fonte: Secretária de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto Lupa, 2007.

Como destaca Paulino (2001) Presidente Prudente é uma cidade com poucas indústrias, o setor mais relevante que gera maior possibilidade de emprego é o setor de serviço, a medida que o campo não utiliza sua grande capacidade de gerar condições dignas de sobrevivência através do trabalho familiar, moradia, renda e ocupação.

Isto posto é possível aferir que em Presidente Prudente, o advento do período técnico-científico-informacional também foi responsável por uma modernização no setor terciário, com a instalação de *shopping centers*, como o Parque Shopping Prudente, o qual a inauguração se deu na década de 1986, e o Prudenshopping, cuja inauguração se deu no ano

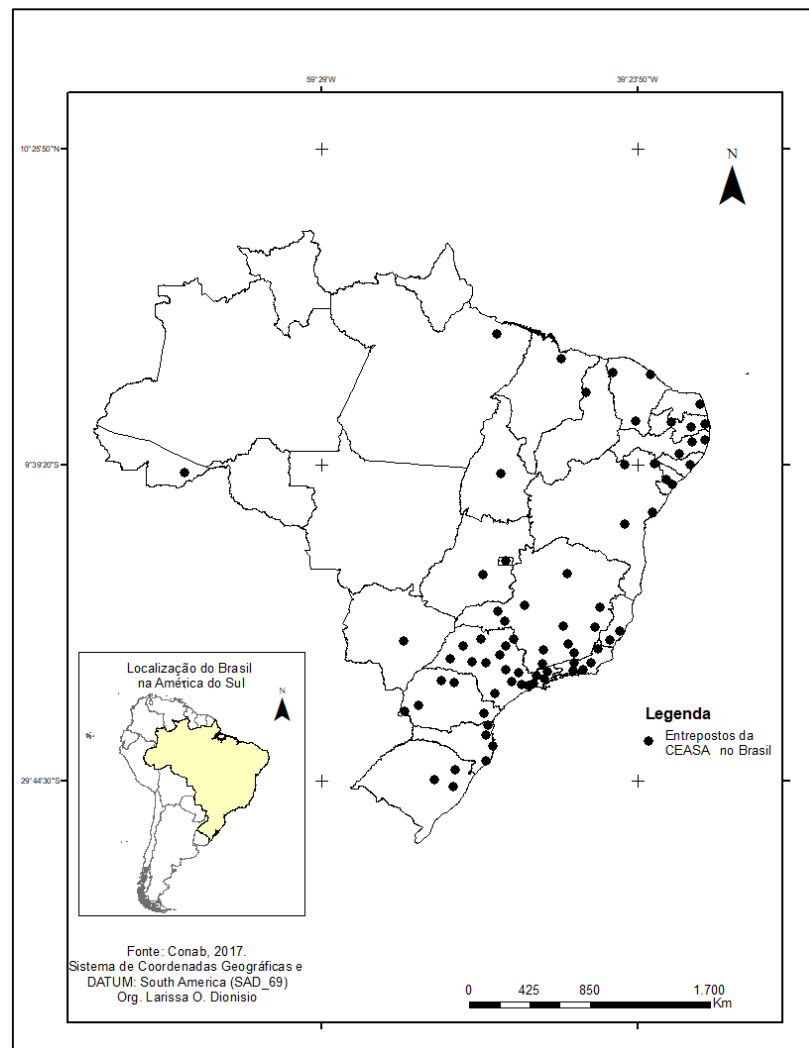
de 1990, lojas de departamento, como a Pernambucanas, Lojas Americanas; Lojas de eletrodomésticos como o Magazine Luiza; e hipermercados, como o Carrefour, WalMart e Max Atacadista, supermercados, tal qual o Estrela e o Econômico.

## **2. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO**

Clemente e Hespanhol (2009) salientam que o meio técnico-científico-informacional no Brasil possibilitou a expansão da produção agrícola, majoritariamente a de grãos, ainda mais na Região Norte e Centro-Oeste, pois as inovações tecnológicas proporcionaram a conexão em tempo real dos produtores aos bancos e bolsas de valores em todo mundo, mesmo distante dos grandes centros, além de encaminharem a produção a mercados distantes.

Santos (2005) ressalta que o espaço se torna fluído a partir dos fluxos de mercadorias, produtos, trabalhadores, isto é, o capital tem grande mobilidade, ao passo que há uma integração do território que facilite a circulação, logo “ criou-se uma produção de alimentos que está localizada a grandes distâncias, geralmente no Centro-Oeste, sob o domínio de grandes empresas globais (Cargill, Nestlé, Bunge, etc.) que estão sediadas no Sul e no Sudeste do país” (CLEMENTE; HESPANHOL, 2009, p. 188-189).

Atualmente há 73 entrepostos atacadistas no Brasil, como se verifica no mapa 5, distribuídos por 22 unidades da federação, do total de entrepostos, 49% situam-se na região Sudeste, 26% na região Nordeste, 17% no Sul e 4% no Norte e Centro-Oeste, evidenciando, portanto, o desenvolvimento desigual das regiões. Como destacam Santos e Silveira (2004) a fluidez do espaço ganha novas perspectivas, a medida que as finanças e informações tornam-se fundamentais no espaço total de um país, ou seja, o território tornando-se suporte da produção em todas as instâncias, passa a se igualar ao mercado, ao passo que possui áreas distintas, onde a informação e as finanças influem de maneira diferenciada.

**Mapa 5 – Entrepósitos da CEASA no Brasil**

Fonte: CONAB (2017)

Santos (2000) ressalta que devido à agricultura científica globalizada, a produção é escolhida de forma minuciosa, ao passo que atrela a base mercantil segundo os mandamentos técnicos científicos. Isto proporciona maior fluidez no espaço, ao passo que há maior integração do território o que confere melhor circulação da mercadoria, ou seja, “o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informações, das ordens e dos homens” (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 53).

As regiões Sudeste e Sul possuem 66% do número total de entrepostos, consequência do desenvolvimento regional desigual. As regiões Sul e Sudeste foram denominadas “Região Concentrada”, à medida que tiveram um desenvolvimento geográfico diferenciado das demais

regiões do país. No entanto, como salienta Santas (2005), as regiões Sul e Sudeste, destacando-se São Paulo, Rio de Janeiro e uma parcela do estado do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo possuem uma divisão do trabalho mais intensa, garantindo variáveis mais modernas do que o restante do país, que possui uma modernização seletiva.

Lechner (1990, p. 75) destaca que

A modernização é um critério necessário de desenvolvimento econômico; ademais – e isso é decisivo – é uma norma legitimadora do processo político. Trata-se de um valor cultural aceito geralmente e isto condiciona a dinâmica mencionada acima. À medida que se considera a integração transnacional uma necessidade legítima.

Ou seja, conforme Santos (2005) é viável a utilização da expressão meio técnico-científico-informacional em substituição a *região concentrada*. O meio técnico-científico informacional contribuiu para a especialização do território a medida que

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, criem-se necessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, conforme avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto maior o número de produtos e a diversidade da sua produção (SANTOS, 2005, p. 44).

Santos (2005) salienta que os objetos técnico-informacionais são difundidos mais rapidamente e de forma generalizada, ou seja, há uma relação proporcional a medida que os objetos técnico-informacionais mais recentes se subordinam a lógica global, com isso cria o processo de especialização “onde a produção de certos produtos é mais vantajosa, aumentando a necessidade de intercâmbio, que agora se vai dar em espaços vastos” (SANTOS, 2005, p. 161), o processo de especialização ocorre concomitantemente com a necessidade maior de circulação, tornando a especialização um processo solidário a nível mundial.

Em 2005, com incentivos do governo federal buscando combater a insegurança alimentar, além de promover eficácia na circulação de alimentos, é criado o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT), cujo objetivo era voltado à modernização tecnológica.

Foi em 29 de março de 2005, que o Governo Federal, através da portaria 171, criou o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (PROHORT), que tem por objetivo favorecer a difusão de informações referentes às centrais de abastecimento, permitindo a ampliação e modernização destas, através de uma base de dados estatísticos.

As reivindicações mais relevantes do PROHORT destacadas no Manual da ABRACEN (2011) foram: desenvolver e integrar bancos de dados, através dessa reivindicação foi criado o Sistema de Informação dos Mercados de Abastecimento do Brasil (SIMAB); modernizar os processos de gestão; estimular a agregação de tecnologias à produção; modernizar os serviços de apoio; estimular a integração com as universidades; adequar e modernizar a infraestrutura; e, ampliar as funções das centrais.

O PROHORT também faz uma análise das centrais de abastecimento, através do Boletim Hortigranjeiro, bem como do diagnóstico da comercialização nos entrepostos públicos.

Segundo Lechner (1990) o lapso tecnológico das economias latino-americanas dificultaram a competitividade e a produtividade. No caso das centrais de abastecimento, foi criado o PROHORT, em 2005, sua implementação contribuiu para ampliar a circulação de produtos hortifrutigranjeiros entre produtores e consumidores finais, por intermédio do aprimoramento tecnológico, ressaltando a inserção informacional das centrais de abastecimento por meio dos sistemas Sistema de Informação de Mercados de Abastecimento do Brasil (SIMAB), Sistema Informações Setoriais de Comercialização (SISCOM) e Sistema de Informação de Mercado de Abastecimento do Brasil (SIMAB) e o Sistema de Informação de preços Diários (SISPRD).

O SISCOM foi criado em 2008, sendo uma base de dados que possui informações sobre a movimentação física e financeira das CEASAS, demonstrando a comercialização mensal, a partir de 2008, e anual, no período compreendido entre 2000 e 2007. Os relatórios são apresentados nos níveis regional, nacional e por entreposto. Há também o SIMAB e o SISPRD, ambos de acesso exclusivo aos técnicos das CEASAS.

Além de desempenharem a função de central de abastecimento de produção hortifrutigranjeira, as centrais de distribuição desempenham a função atrelada a programas sociais, como os bancos de alimentos.

Em 2003, no Entreposto Terminal São Paulo (ETSP) foi criado o Banco CEAGESP de Alimentos (BCA), com o objetivo de distribuir alimentos doados por produtores e comerciantes atacadistas (permissionários) para entidades sociais do Estado de São Paulo, além de atender famílias vítimas de catástrofes naturais. Já os descartes do BCA a alimentos impróprios para o consumo são transformados em adubo orgânico (CEAGESP, 2015)

Segundo informações constantes no *site* da CEAGESP, o Banco CEAGESP de Alimentos está presente em 11 entrepostos: Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Marília,

Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

As CEASAs passam a ter uma função relevante para a Segurança Alimentar, ao facilitarem a circulação de alimentos e promover o acesso a diversos tipos de alimentos para diferentes segmentos da população, já que sistema alimentar adequado “é aquele capaz de gerar uma disponibilidade agregada que permita satisfazer a demanda efetiva acrescentada das necessidades alimentares básicas daqueles setores que, por problema de renda não podem traduzi-la em demanda de mercado” (GALEAZZI, 1996, p. 139).

A CEAGESP não tem como finalidade a redução de perdas e desperdícios de alimentos, ainda que, utilizando-se justamente dos bancos de alimentos, torna-se um elemento essencial para minimizar o desperdício. Pechtoll (2011) destaca que uma das principais proposições para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) deve ser vista por duas dimensões: a primeira é que todos os segmentos da população tenham acesso a alimentos em condições adequadas em termos de preço, qualidade e quantidade, já a segunda dimensão é a capacidade de propiciar a produção e distribuição de forma equitativa.

Em 2006, como diagnóstico da insegurança alimentar foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), cujo objetivo era combater a fome e a miséria no Brasil, sua finalidade era promover e garantir o direito à alimentação adequada, implicitamente o SISAN também era responsável por políticas de segurança alimentar, como o Plano Nacional de Segurança Alimentar.

Galeazzi (1996, p. 139, grifos do autor) destaca que

O acesso aos alimentos deve estar portando fortemente ligado à oferta de alimentos de modo a obter uma disponibilidade agregada nacional que seja:

- a. *suficiente* – para atender à demanda efetiva e à potencial (relativa àqueles excluídos do mercado);
- b. *estável* – na medida que busque neutralizar as inevitáveis flutuações cíclicas;
- c. *autônoma* – ao lograr a auto-suficiência (sic) nacional nos alimentos básicos. Os alimentos básicos, nos países do Terceiro Mundo, não se generalizaram de forma homogênea a toda a população;
- d. *sustentável* – pois deve garantir o uso a longo prazo dos recursos naturais;
- e. *equitativa* – ao possibilitar o acesso universal ao mínimo nutricional do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

No que diz respeito aos governos, as CEASAS propiciaram o controle do abastecimento alimentar, por consequência, permitiram maior facilidade na fiscalização, bem como no fomento de políticas voltadas a essas centrais, além de regular a circulação de mercadorias.

Além de componente operacional do sistema, as centrais de abastecimento dispõem da sistematização de dados, como o cadastramento. Gomes, Antonialli e Costa (2005) salientam a importância do cadastramento, à medida que identifica as regiões e os produtos de maior destaque, de modo a expor a insuficiência de alguns. No entanto, segundo dados da CONAB, apesar do empenho para integrar os entrepostos atacadistas, a falta de infraestrutura e investimento se constitui num grande obstáculo a ser superado por algumas centrais de abastecimento.

## **2.1 A Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo**

Segundo Fredo e Otani (2015) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) constituiu uma referência para as políticas públicas brasileiras, resultado da mobilização de trabalhadores rurais que enfrentaram dificuldades para o acesso ao crédito oficial, diferentemente das centrais de abastecimento que surgiram de uma iniciativa governamental. Medeiros (2013) salienta que as políticas públicas vão muito mais adiante do que as políticas governamentais, considerando que as políticas públicas tem o objetivo de solucionar um problema público e que o governo não é a única instituição a elaborá-las, podendo ser traçadas pelo Estado ou por instituições privadas.

As centrais de abastecimento representaram uma vantagem para a cadeia produtiva, a medida que

Foi capaz de produzir e oferecer um conjunto de serviços até então inexistentes ou desestruturados, tais como as informações de mercado, a capacitação dos agentes, melhoramento nos processos de padronização e classificação dos produtos e adequação de embalagens, maior controle no uso de defensivos agrícolas, incentivos à produção para exportação, entre outros (ABRACEN, 2011, p. 9).

No Brasil ocorreram três crises no setor agroalimentar nos anos de 1918, 1937 e 1962, levando o Estado a adotar medidas visando a sua reestruturação. A crise na distribuição dos alimentos motivou a instalação das centrais de abastecimento, como salienta Queiroz (2014, p. 34):

A ideia da criação dessas centrais surgiu com o Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento (Gemab), criado em 1968. No relatório oriundo das atividades desse grupo, recomendava-se a criação e implantação de entrepostos de abastecimento nas capitais e nos principais núcleos urbanos do país.

Santos (1988) salienta que em meados da década de 1980, a partir de uma agricultura em processo de modernização acelerada e aumento da produtividade houve uma ampliação na capacidade de armazenagem brasileira. As dificuldades na constituição dos preços e na distribuição dos produtos fizeram com que o Governo Federal criasse as centrais de abastecimento, o que levou a ampliação da demanda por produtos hortifrutigranjeiros. Santos (2000) ressalta que a agricultura precisou de técnica, informação e ciência, fazendo com que houvesse significativa elevação dos níveis de produtividade, pois as mudanças no capitalismo implicaram em modificações tanto nas formas de produzir quanto no perfil do mercado consumidor.

Belik e Cunha (2015) evidenciam que os governos militares incentivaram os mercados atacadistas em 1970, com o intuito de promover uma ampla integração entre produtores rurais, varejistas e consumidores finais e facilitar o abastecimento das grandes cidades.

Por meio da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC) foram implantadas 21 unidades da CEASA em diversas cidades do país. As primeiras CEASAs foram criadas entre os anos de 1972 e 1974, no âmbito do I Plano de Desenvolvimento Nacional (I PND), conforme se verifica no quadro 1

**Quadro 1** – Ano de instalação das primeiras centrais de abastecimentos nas cidades brasileiras

Ano	1972	1973	1974
Cidades que foram implementadas a CEASA	Brasília - DF Fortaleza - CE Recife - PE Rio de Janeiro - RJ São Gonçaves - RJ	Aracaju – SE Porto Alegre - RS Salvador - BA	Belo Horizonte - MG João Pessoa - PB

Fonte: Abracen (2011)

No período de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento, entre 1975 e 1979, foram instalados outros 19 entrepostos das CEASAS, conforme se verifica no quadro 2.

**Quadro 2** – Cidades nas quais foram implantadas unidades da CEASA entre 1975 e 1979.

Ano	1975	1976	1977	1978	1979
Cidades que foram implementadas CEASA	Belém – PA Campinas – SP Goiânia – GO Maceió – AL Manaus - AM Natal – RN	Campina Grande – PB Curitiba – PR Teresina - PI	Mossoró – MA São Luís – RN Vitória – BA	Anápolis – GO Florianópolis - SC Foz do Iguaçu – PR Novo Hamburgo - RS	Campo Grande– MS Campos – RJ Juiz de Fora – MG

Fonte: Abracen (2011)

No decorrer da década de oitenta do século passado, a fase de instalação de entrepostos da CEASA estava quase finalizada, no entanto foram implantadas as unidades de Cascavel e Londrina, no Estado do Paraná, de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, e de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, em 1982. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2017), foi na década de 1990 que a maioria das CEASAS passaram para responsabilidades dos estados e municípios, permanecendo apenas as centrais de Minas Gerais (CeasaMinas) e de São Paulo (CEAGESP) sob responsabilidade federal. Carvalho e Pinheiro (2010) ressaltam que as centrais de abastecimentos foram baseadas em experiências europeias, especialmente francesas e espanholas. A unidade da Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA) é uma empresa mista, que atua na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. Queiroz (2014) considera que as centrais de abastecimento atuam como instituições compostas de um conjunto de intermediários, por se tratar de firmas atacadistas e de atravessadores hortifrutigranjeiros.

Cunha e Campos (2008, p. 2) salientam que as CEASAs brasileiras constituem

Uma rede descentralizada, com cerca de 40 unidades administrativas, 53 unidades comerciais principais e outras tantas de menor porte e é o principal responsável por parcela expressiva do abastecimento alimentar da população urbana brasileira.

A CEASA é

Responsável pela qualidade e, sobretudo pelo processo de formação de preços no mercado hortigranjeiro. Não há um único grande comprador que não utilize suas informações de mercado. É uma rede gerida publicamente, mas operada pela iniciativa privada com mais de 10 mil empresas diretas envolvidas. Trata-se do sistema de abastecimento representado pelas Ceasas brasileiras (CUNHA; CAMPO, 2008, p. 2).

Segundo Hespanhol (2013) políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), visam facilitar o acesso à alimentação, mostram-se mais vantajosos porque a figura do intermediário não se faz presente no momento da comercialização.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os agricultores que mais acessam as CEASAS são, em sua maioria, de pequeno porte ou em sistema familiar, sendo as CEASAS uma importante plataforma logística de comercialização.<sup>4</sup> Contudo, a atuação dos atravessadores ganhou importância ao longo do tempo, pois, no passado, a figura

---

<sup>4</sup> “O estudo do segmento atacadista de comercialização de produtos *in natura* é de suma importância para o entendimento desse setor da agricultura nacional [...] Todos os anos, milhares de agricultores, em sua maioria de pequeno porte ou em sistema familiar de produção, acessam as Ceasas do país. Por meio dessas plataformas logísticas de comercialização de frutas e hortaliças é que grande parte do abastecimento se concretiza” (BOLETIM HORTIGRANJEIRO, 2017, p. 7).

do intermediário ou atravessador estava ligada apenas à exportação. Atualmente, o seu papel é o de fornecer e transportar alimentos.

Belik e Cunha (2015) afirmam que as centrais de abastecimento foram originalmente baseadas na comercialização direta de produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP possuía como missão possibilitar a comercialização direta de produtos agrícolas pelos produtores rurais, entretanto, em algumas localidades como em “São Paulo e Rio de Janeiro a maioria da comercialização é feita por atravessadores” (MAZON, 2010, *apud* VEDANA, 2012, p. 2).

Como salientam Anjos e Becker (2014) até meados de 1970, os produtores familiares tinham fácil acesso aos mercados locais através do atravessador, que compravam do produtor, ou através da venda direta aos consumidores nas feiras regionais. Santos (2008, p. 226) destaca que

O intermediário – atacadista ou dono de caminhão – age como um elo entre a demanda e a oferta, que não coincidem no tempo, nem em qualidade nem em quantidade. Isso lhe dá um papel privilegiado e uma posição estratégica no abastecimento, que pode levar a especulação. Seu papel é mais dominante por ser em geral o único que dispõe de crédito bancário e, portanto, de dinheiro líquido para efetuar as compras diretamente ou passando por outro intermediário.

Apesar da presença dos atravessadores ser muito forte, as centrais de abastecimento possibilitaram a maior integração de pequenos produtores rurais ao mercado, abrindo a possibilidade deles comercializarem os seus produtos diretamente, pois “a criação de um posto de comercialização direto para o produtor rural constitui em um benefício para o mesmo, uma vez que elimina a figura do atravessador no processo de comercialização” (GOMES; ANTONIALLI; COSTA, 2005, p. 3).

A impossibilidade de o produtor vender diretamente os seus produtos ao consumidor decorre das dificuldades econômicas e logísticas. As centrais de abastecimento são vantajosas aos pequenos produtores, pois agilizam o escoamento da produção, mas há grandes barreiras para a atuação direta dos produtores rurais na comercialização dos seus produtos, em decorrência da pequena escala, da falta de padronização e da sazonalidade da produção, dentre outras limitações.

Segundo Arroyo (2012), São Paulo teve um papel imprescindível na divisão territorial do trabalho, ao concentrar altos investimentos públicos e privados promovendo a ampliação das atividades econômicas que “concomitantemente, aceleraram a construção de sistemas de engenharia que lhe servem como base material. De todo modo, diferenciações territoriais configuram-se no interior do estado, e se manifestam também na esfera das trocas comerciais” (ARROYO, 2012, p. 18).

A CEAGESP surgiu de uma fusão entre duas empresas, a Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP), em 1969, ambas estatais e paulistas que tinham como principais funções o armazenamento de grãos e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros.

Em 1964 foi construído o Pavilhão Mercado Livre (MLP) no Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP), mas só foi em 1977 que este pavilhão foi ampliada pela CEAGESP, a medida que foram comercializados 6,2 mil toneladas de produtos vendidos em um só dia naquele ano, superando o Paris-Rungis, que é o maior mercado de produtos do mundo.

O processo de descentralização se deu com a inauguração da unidade de São José do Rio Preto no ano de 1970, esta foi a primeira unidade construída fora da capital, atualmente a companhia detêm 13 unidades de entrepostagem e 18 unidade de armazenamento.

Já em 1979 foi criado o primeiro varejão a preços controlados, em 1983 foram estabelecidos os sacolões, isto é, produtos, como frutas e legumes, por quilo, a preço único, em 1994 foi inaugurado o varejão noturno no ETSP.

No final dos anos 1990, ocorreu outra negociação das dívidas dos Estados Brasileiros com a União, o que resultou na federalização de duas empresas atacadistas, “que representam conjuntamente mais de 60% do comércio atacadistas nacional de FLV<sup>5</sup>, a CEAGESP (SP) e a Ceasaminas (MG)” (CUNHA; CAMPOS, 2008, p. 10).

Em 1997, a CEAGESP foi federalizada, isto é, integrada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), constituindo um vínculo com Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo objetivo era privatizar empresas estatais. No entanto, com o decreto presidencial 8.417/ 2015, em março de 2015, a CEAGESP retirou-se do PND, possibilitando o acesso a linhas de crédito para investimento e parcerias públicas e privadas, já que a Companhia era uma empresa pública, ratificando a presença do poder público na elaboração de políticas para o setor de abastecimento.

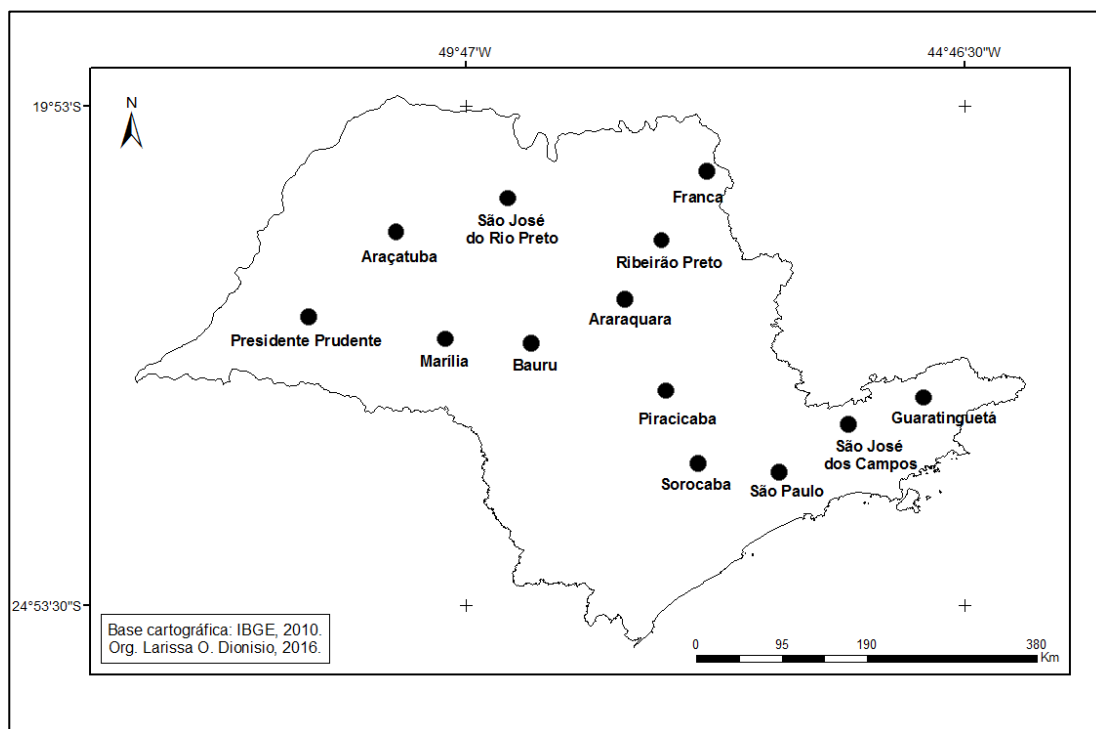
Segundo o site da CEAGESP (2018), sua função é garantir uma infraestrutura para atacadistas, produtores rurais, varejistas, cooperativas, exportadores, importadores e agroindústrias desenvolverem suas atividades com serviços qualificados, segurança e eficiência, a medida que a CEAGESP possui a maior rede pública de armazéns, silos, que são benfeitorias agrícolas para depósito e conservação de produtos agrícolas, graneleiros, locais que armazenam mercadorias a granel. A CEAGESP também é a maior central de abastecimento de frutas, verduras, legumes, pescados e flores da América Latina.

---

<sup>5</sup> “FVL - Frutas legumes e verduras, utilizado como sinônimo de produtos hortigranjeiros.” (CUNHA; CAMPOS, 2008, p. 9).

A CEAGESP detém um complexo de 13 unidades de entrepostos atacadistas localizadas nos municípios de Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba, conforme se verifica no mapa 6.

**Mapa 6** – Localização dos entrepostos da CEAGESP no estado de São Paulo.



Fonte: CEAGESP (2015)

Ainda é possível observar mais duas CEASAS no estado de São Paulo, em Santo André e Campinas, a Ceesa de Campinas pertence a prefeitura de Campinas, enquanto a de Santo André é integrada com a Companhia de Abastecimento Integrado de Santo André (Craisa), sendo uma empresa pública municipal.

Os entrepostos da CEAGESP servem para o depósito e a venda das mercadorias, seu objetivo é regulamentar e comandar a política de abastecimento alimentar no Estado de São Paulo por meio de entrepostos atacadistas e centrais de armazenagem. Segundo a CEAGESP, o produto agrícola é a riqueza do agricultor, logo também são oferecidas as melhores condições para a armazenagem da safra, sendo o Departamento de Armazenagem (DEPAR) responsável pela gestão desta rede.

No entanto, ainda que se constitua como um elemento importante para a circulação e distribuição, a CEAGESP também favorece e reafirma a presença do intermediário, já que por exigir uma quantidade mínima a ser comercializada no entreposto, produtores pequenos não conseguem participar desse circuito, tendo que vender sua produção aos intermediários; também é importante ressaltar que nem todos produtores possuem meios de levar sua produção até o entreposto, reafirmando a necessidade da presença do atravessador.

Verifica-se na tabela 5, que o maior volume médio de comercialização anual é de São Paulo, com 3,4 milhões de toneladas por ano, seguido de Ribeirão Preto, com 238,7 mil toneladas e Sorocaba com 120,5 mil toneladas anuais.

O menor volume médio é de Franca com 12,9 mil toneladas anuais, seguida de Marília com 14,4 mil toneladas anuais.

Mensalmente a unidade de São Paulo tem um volume médio de comercialização de 283 mil toneladas de frutas, verduras, pescados e legumes.

**Tabela 5 – Volumes médios mensais e anuais comercializados nas unidades da CEAGESP**

<b>Municípios</b>	<b>Volume médio comercializado (1.000t./mês)</b>	<b>Volume Anual (1.000t.)</b>
Araçatuba	1,8	22,1
Araraquara	3,9	47,2
Bauru	6,8	81,8
Franca	1	12,9
Marília	1,2	14,4
Piracicaba	3,9	47,3
Presidente Prudente	5	61
Ribeirão Preto	19,9	238,7
São José do Rio Preto	8	96,7
São José dos Campos	8,9	107,5
São Paulo (ETSP)	283	3.400
Sorocaba	10	120,5

Fonte: CEAGESP (2015)

Como já salientado, as regiões Sul e Sudeste tiveram uma dinâmica econômica diferenciada das demais regiões do país, integrando a chamada Região Concentrada. Santos (2005) ressalta que as redes urbanas nessas regiões eram muito mais desenvolvidas, à medida que houve um processo de aceleração da divisão territorial do trabalho, através da interação entre as cidades, permitindo impulsos cada vez maiores para um novo nível de divisão internacional do trabalho.

No quadro 3 estão arrolados os principais produtos comercializados nas unidades da CEAGESP de Araçatuba, Bauru, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto,

São José dos Campos e São Paulo (ETSP). Há que se ressaltar que a unidade de Guaratinguetá comercializa apenas flores.

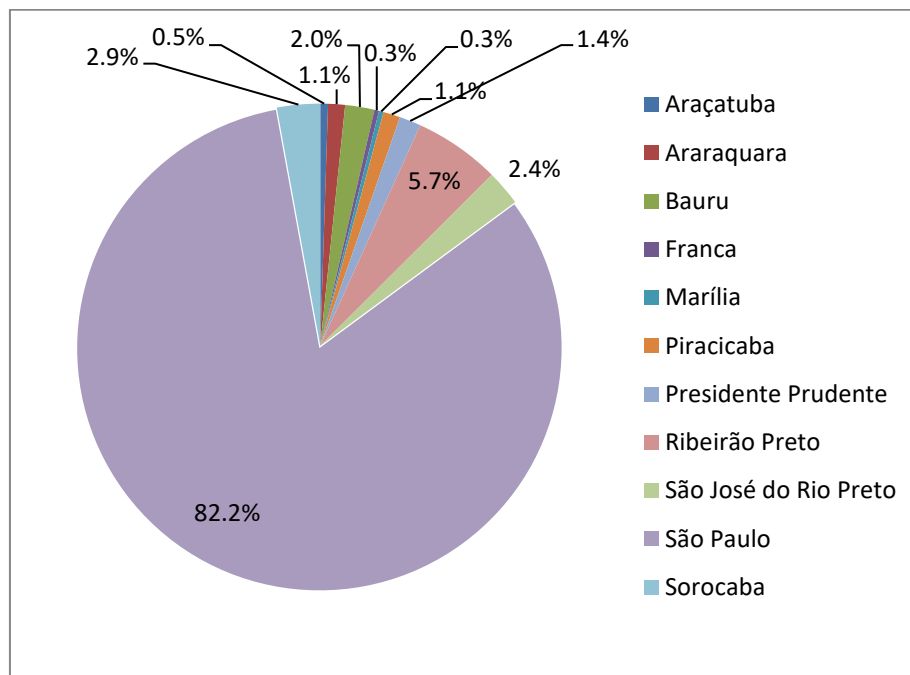
O gráfico 3 mostra o percentual da participação total da rede CEAGESP, com destaque para a unidade de São Paulo que concentra 80,1% do volume total comercializado, seguido de Ribeirão Preto (5,6%), Sorocaba (2,8%), São José do Rio Preto (2,3%), Bauru (1,9%), Presidente Prudente (1,4%), Piracicaba (1,1%), seguido de Araraquara (1,1%), por fim Araçatuba (0,5%), Marília (0,3%) e Franca (0,3%).

**Quadro 3 – Principais produtos comercializados nas unidades CEAGESP**

Municípios	Principais produtos comercializados
Araçatuba	Tomate, banana, laranja, repolho mamão
Araraquara	Batata, banana, tomate, repolho, cebola
Bauru	Batata, tomate, banana, cebola, maçã
Franca	Batata, tomate, banana, laranja, cebola
Guaratinguetá	Flores
Marília	Banana, laranja, tomate, batata, repolho
Piracicaba	Laranja, banana, tomate, batata, melancia
Presidente Prudente	Laranja, tomate, batata, banana, cebola
Ribeirão Preto	Batata, banana, tomate, cebola, laranja
São José do Rio Preto	Banana, batata, tomate, cebola, maçã
São José dos Campos	Laranja, batata, tomate, banana, cebola
São Paulo	Batata, laranja, melancia, tomate, cebola
Sorocaba	Batata, laranja, melancia, tomate, cebola

Fonte: CEAGESP (2015)

**Gráfico 3 – Percentual de participação total da rede CEAGESP**

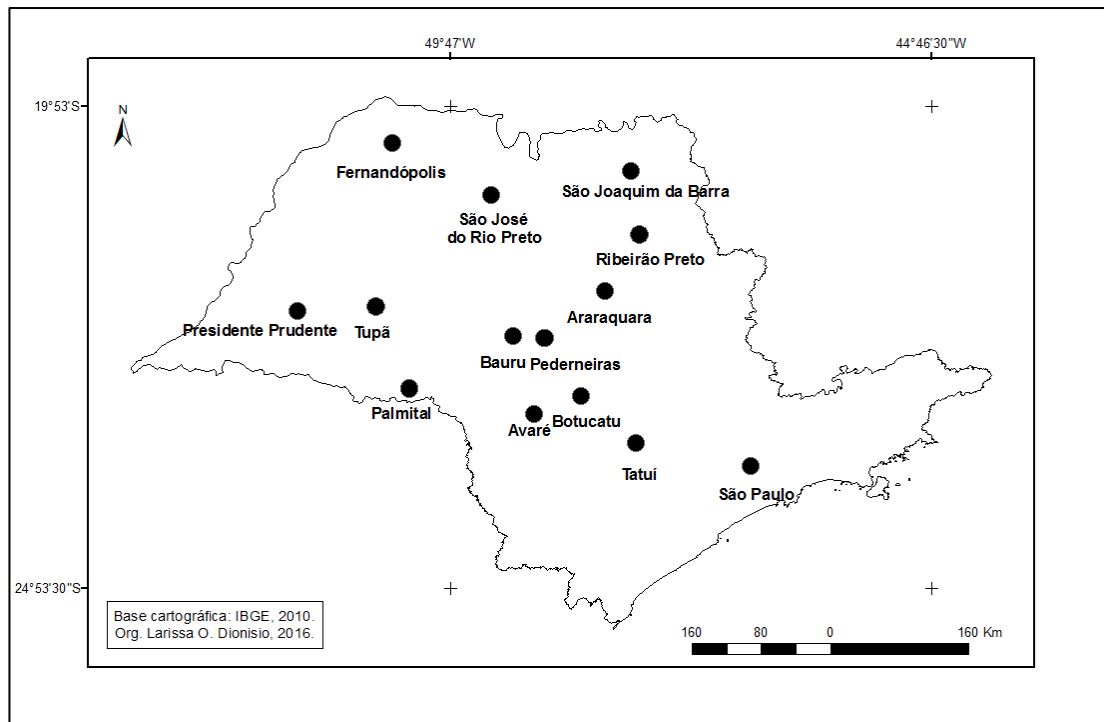


Fonte: CEAGESP (2015)

A CEAGESP conta com dezoito unidades de armazenagem, segundo as informações constantes no *site* da empresa e confirmadas pelo gerente do entreposto de Presidente Prudente, em entrevista concedida no mês de Setembro de 2016.

Tais unidades se localizam nos municípios de Araraquara, Avaré, Bauru, Botucatu, Fernandópolis, Palmital, Pederneiras, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São Paulo, Tupã e Tatuí, conforme se verifica no mapa 7.

**Mapa 7** – Localização das unidades de armazenagem da CEAGESP no estado de São Paulo.



Fonte: CEAGESP (2015)

No quadro 4 são descritas as operações feitas nos respectivos municípios nos quais estão instaladas as unidades armazenadoras da CEAGESP.

**Quadro 4** – Operações realizadas pelos municípios que possuem armazéns da CEAGESP.

<b>Municípios</b>	<b>Operações</b>
Araraquara	Açúcar a granel e grãos
Avaré	Produtos agrícolas a granel
Bauru	Estocagem de grãos a granel no silo
Botucatu	Produtos industriais diversos e agrícolas embalados
Fernandópolis	Grãos a granel e açúcar a granel e embalado
Palmital	Grãos e açúcar a granel
Pederneiras	Açúcar e produtos diversos embalados
Presidente Prudente	Grãos e produtos embalados
Ribeirão Preto	Grãos e produtos embalados
São Joaquim da Barra	Açúcar e produtos agrícolas a granel
São José do Rio Preto	Grãos e açúcar a granel
São Paulo	Grãos já processados
Tupã	Açúcar e grãos
Tatuí	Produtos agrícolas a granel

Fonte: CEAGESP (2015)

Os municípios de Bauru, Botucatu, Fernandópolis, Pederneiras, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São Paulo e Tatuí possuem armazéns convencionais para a estocagem de grãos e produtos agrícolas embalados.

Verifica-se na tabela 6 que a maior capacidade de armazenagem convencional é de Tatuí, com um volume de 80 mil toneladas de produtos agrícolas a granel, o menor volume é de Ribeirão Preto, com 4,8 mil toneladas de grãos e produtos embalados.

**Tabela 6** – Municípios que possuem armazenagem convencional da CEAGESP

<b>Municípios que possui unidades da CEAGESP</b>	<b>Armazenagem convencional (1.000 t.)</b>
Bauru	6,2
Botucatu	54
Fernandópolis	17,5
Pederneiras	46,4
Presidente Prudente	15
Ribeirão Preto	4,8
São Paulo	9
Tatuí	80

Fonte: CEAGESP (2016).

Araraquara Avaré, Palmital, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Tupã e Tatuí possuem silos horizontais, todos possuem a mesma capacidade de armazenamento de grãos, produtos agrícolas e açúcar, isto é 20 mil toneladas.

Araraquara, Bauru, Fernandópolis, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São Paulo possuem silos verticais, operando com estocagem de grãos, produtos embalados ou processados. O município de São Paulo opera com 20 mil toneladas, o maior volume,

enquanto Fernandópolis opera com 1,8 mil toneladas, o menor volume, conforme se verifica na tabela 7.

**Tabela 7 – Municípios que possuem silos verticais da CEAGESP**

<b>Municípios</b>	<b>Silos Verticais (1.000t.)</b>
Araraquara	5
Bauru	10
Fernandópolis	1,8
Presidente Prudente	5
Ribeirão Preto	5
São Paulo	20

Fonte: CEAGESP (2015)

Verifica-se na tabela 8, que os municípios de Araraquara, Avaré, Palmital, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto e Tupã possuem graneleiros. Palmital opera com grãos e açúcar a granel, enquanto São Joaquim da Barra com açúcar e produtos agrícolas a granel, Palmital e São Joaquim da Barra operam com o mesmo valor em toneladas, isto é 80 mil. Araraquara, Avaré, São José do Rio Preto e Tupã operam com 40 mil toneladas de grãos, açucares e produtos agrícolas a granel.

**Tabela 8 - Municípios que possuem graneleiros da CEAGESP.**

<b>Municípios</b>	<b>Graneleiros (1.000 t.)</b>
Araraquara	40
Avaré	40
Palmital	80
São Joaquim da Barra	80
São José do Rio Preto	40
Tupã	40

Fonte: CEAGESP (2015).

Na Tabela 9, são mostrados o *ranking* e a classificação das centrais de abastecimento no ano de 2007. A CEAGESP-SP é responsável por 27% da distribuição da produção agrícola, concernente as centrais de abastecimento.

As hiper centrais de abastecimento, termo utilizado pela Conab, são a CEAGESP (13 entrepostos), Ceasaminas (6 entrepostos), Ceasa-RJ (5 entrepostos) e Ceasa-PR (5 entrepostos), são responsáveis por comercializar 58,5% de toda a produção. Ainda é possível observar que as centrais de abastecimento já mencionadas estão em sua maioria nas regiões Sudeste e Sul, desta forma

As novas relações cidade-campo e as novas relações interurbanas, e o novo papel que a aglomeração paulistana, tornada metrópole das metrópoles

brasileiras – e não apenas uma metrópole a mais - foi chamada a desempenhar não apenas diante do Estado e de áreas vizinhas mas do país como um todo. São Paulo ganha também novas relações internacionais (SANTOS, 2008, p. 126).

Santos (2008, p. 126) ainda ressalta que no estado de São Paulo

As novas localizações industriais, a expansão da agroindústria e a substituição de culturas foram extensas e rápidas, levando a grandes transformações na organização do espaço. A partir do sistema urbano preexistente, as superposições verificadas trouxeram mudanças substanciais quanto à forma, ao tipo e à intensidade das relações, criando um novo espaço e um novo sistema urbano, ambos redefinidos.

**Tabela 9 – Ranking de comercialização das centrais de abastecimento em 2007.**

Posição	IG	UF	Entre- postos	Volume (1.000t)	% ind.	% acum.	Classificação por escala	% acum. da categoria
1	Ceagesp	SP	13	4.837,2	27,4	27,4	Hiper	58,5
2	Ceasaminas	MG	6	2.767,0	15,6	43,0		
3	Ceasa-RJ	RJ	5	1.768,9	10,0	53,0		
4	Ceasa-PR	PR	5	972,8	5,5	58,5	Grande	26,1
5	MP Juazeiro	BA	1	859,7	4,9	63,4		
6	Ceasa-PE/OS	PE	1	770,0	4,7	68,1		
7	Ceasa-Go	GO	1	646,6	4,4	72,5		
8	Ceasa-Campinas	SP	w1	510,0	3,7	76,1		
9	Ceasa-ES	ES	1	505,2	2,9	79,0		
10	Ceasa-RS	RS	1	491,0	2,9	81,9	Média	13,6
11	Ceasa-CE	CE	2	491,0	2,8	84,6		
12	Ceasa-SC	SC	4	362,0	1,9	86,5		
13	Ceasa-DF	DF	1	324,0	1,8	88,3		
14	Ebal	BA	1	312,0	1,8	90,1		
15	Ceasa-PA	PA	1	271,0	1,5	91,6		
16	Empasa	PB	3	211,5	1,2	92,8		
17	Ceasa-PI	PI	1	182,0	1,0	93,9		
18	Ceasa-RN	RN	1	168,0	0,9	94,8		
19	Craisa	SP	1	155,0	0,9	95,7		
20	Iderasa	AL	1	132,0	0,7	96,4		
21	Cohortfrut	MA	1	112,0	0,6	97,1		
22	Ceasa-MS	MS	1	110,5	0,6	97,7		
23	Ceasa-Caruaru	PE	1	104,0	0,6	98,3	Pequena	7
24	Ceasa-Uberaba	MG	1	70,3	0,4	98,7		
25	Ceasa-Serra- Caxias do Sul	RS	1	39,7	0,2	98,9		
26	Ceanorte M. Claros	MG	1	34,8	0,2	99,1		
27	Ceasa-SF	SE	1	29,4	0,2	99,3		
28	Ceasa Varginha	MG	1	29,0	0,2	99,4		
29	Ceasa Patos	MG	1	25,0	0,1	99,6		
30	Ceasa Cachoeira	ES	1	23,0	0,1	99,7		
31	Ceasa Itajubá	MG	1	23,0	0,1	99,8		
32	Mercatau-Taubaté	SP	1	20,6	0,1	99,9		
33	CEASA Paulo Afonso	BA	1	9,0	0,1	100		
<b>Total</b>			64	17.684,7	100,0			100

Fonte: Abracen(2011).

Lorenzani e Silva (2004) *apud* Firetti *et al* (2011), ressaltam que a maior parte dos produtos hortícolas tem sido comercializada por intermédio das centrais de abastecimento, sendo as suas unidades responsáveis pelo abastecimento de supermercados, hotéis, cozinhas industriais e penitenciárias, com produtos cultivados em hortas, pomares e demais empreendimentos agrícolas, além de oferecerem estabilidade na quantidade comercializada, como ressaltam Bengozi *et al* (2007).

Algumas das etapas da produção estão espacialmente dispersas, possibilitando a conexão dos centros de comando da produção, isto é, o comando dos circuitos está em poucos lugares. Como evidencia Silva (2013), a especialização produtiva dos lugares será explicitada através da divisão territorial do trabalho, na medida em que há um acréscimo no valor no âmbito dos próprios circuitos espaciais de produção.

A especialização produtiva se deu com a modernização dos transportes e comunicações, ao passo que as “regiões se especializam não mais precisando produzir tudo para sua subsistência, pois, com os meios rápidos e eficientes de transporte, podem buscar em qualquer outro ponto do país, e mesmo do planeta, aquilo de que necessitam” (SANTOS, 1988, p. 56). Silva (2013) salienta que o transporte possibilitou uma maior ramificação do circuito espacial de produção, a medida que

Antes dessa possibilidade, a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução; produzia-se quase tudo em todos os lugares; vivia-se praticamente em autarquias. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas. Por isso crescem não só as grandes cidades mas também as cidades médias. Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área. (SANTOS, 1988, p. 57).

Santos (1988) salienta que a produção direta se dá localmente, a medida que a possibilidade de participar de uma lógica que é extralocal introduz as agroindústrias, isto é “atividades modernas, sequiosas de tecnologia, capitais, informação e altos lucros –, que passam a relacionar-se com os grandes centros” (SANTOS, 1988, p. 63) em nexos cada vez mais extralocais.

Carvalho e Pinheiro (2010) ressaltam que nas centrais de abastecimento ocorre o manuseio, movimentação e armazenagem de produtos hortifrutigranjeiros, por haver grande fluxo de veículos, as centrais devem ser tratadas como componente operacional do sistema de transporte.

Linhares (1981) aponta que o dilema dos transportes também se relacionava com o sistema produtivo dominante e já era uma questão inquietante desde o século XIX. Com o

desenvolvimento e a modernização do transporte houve a diminuição do tempo para transportar mercadorias e pessoas e a redução do custo. Esses fatores tiveram influência direta na produção, posto que uma área não precisa produzir tudo para sua subsistência, permitindo “rápidos ajustes de localização da produção, consumo” (HARVEY, 2004, p. 91).

Santos (1988) ressalta que a diminuição do preço dos transportes tem uma relação inversamente proporcional com o aumento da qualidade, quantidade e diversidade, criando uma tendência de ampliação do movimento, ou seja, “o número de produtos, mercadorias e pessoas, circulando cresce enormemente e, como consequência, a importância das trocas é cada vez maior, pois elas não apenas se avolumam como se diversificam.” (SANTOS, 1988, p 57).

Embora qualquer firma ou pessoa possa comprar na CEAGESP, há quantidades mínimas a serem adquiridas. A CEAGESP atua no mercado atacadista, não sendo possível o parcelamento ou a compra em quantidades menores.

A CEAGESP tem normas próprias e organiza a comercialização em dias e horários pré-determinados. Os produtos mais perecíveis, como as flores e verduras, por exemplo, costumam ser comercializados desde a madrugada, ou seja, uma mesma área pode ser utilizada para comercializar uma variedade de produtos. Além do serviço de comercialização, a CEAGESP ainda está apta a oferecer serviços como

**Atendimento Personalizado:** engenheiros agrônomos e técnicos especializados conduzem todas as etapas do processo de armazenamento.

**Amostragem e Classificação:** todos os grãos, antes de serem armazenados nos Silos, passam por um processo de amostragem e classificação (teor de umidade, matérias estranhas, impurezas, insetos entre outros itens importantes na tipificação do produto).

**Limpeza e Secagem:** quando os grãos apresentam impurezas e/ou teor de umidade acima dos padrões de recebimento da CEAGESP (1% de impureza e 13% de umidade), eles passam por processo de limpeza e secagem antes de serem armazenados.

**Tratamento Fitossanitário:** processo realizado nos produtos recebidos (expurgo e/ou pulverização com inseticida líquido) com objetivo de evitar a ocorrência de pragas e garantir a manutenção da qualidade durante o armazenamento.

**Transbordo:** transferência de mercadoria de um veículo para outro do mesmo tipo.

**Balança de caminhão:** pesagem avulsa tarifada.

**Warrants:** a CEAGESP está habilitada a emitir Títulos de Créditos Especiais que possibilitam o financiamento dos estoques dos produtos armazenados (CEAGESP, 2018).

No que concerne a responsabilidade social, alguns projetos foram inseridos e desenvolvidos pela CEAGESP, há o Banco de Alimentos, já mencionado no trabalho, a Associação de Apoio à Infância e Adolescência Nossa Turma, estabelecido dentro da ETSP,

segundo informações do *site* da CEAGESP, este projeto atende 160 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Segundo dados da CEAGESP (2016), o projeto Eco Gira Mundo foi desenvolvido pela CEAGESP, por meio da sua Coordenadoria de Sustentabilidade (CODSU) voltado a adolescentes carentes que vivem próximos ao Entrepasto Terminal São Paulo (ETSP), no bairro Vila Leopoldina, cujo objetivo é oferecer conhecimento em atividades profissionalizantes para capacitá-los ao ingresso no mercado de trabalho. A iniciativa funciona em um espaço do ETSP onde são realizadas oficinas de marcenaria, cozinha experimental, corte e costura, dentre outras atividades, ensinado os alunos sobre os princípios de sustentabilidade para demonstrar que é possível trabalhar com recursos renováveis e aproveitamento total de materiais e alimentos.

### 3. AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO, OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO

Santos (2008) assinala que os países periféricos tiveram um desenvolvimento próprio, o qual não pode ser correlacionado aos modelos de urbanização dos países centrais. A partir de tal premissa, o autor elabora a teoria dos dois circuitos da economia urbana: os circuitos superior e inferior.

De acordo com Santos (2008), o circuito superior é formado por bancos, serviços atacadistas e transportadoras, atividades ligadas a recursos lógicos no que concerne a utilização tecnológica, isto é, “Atividades muitas vezes ligadas a comandos e demandas externos e que possuem uma racionalidade instrumental no uso de tecnologias e sua organização” (COELHO; PEREIRA, 2011, p. 165).

Assim, o circuito superior, o circuito dito moderno, é um resultado direto da modernização tecnológica, com atividades em que predominam as relações externas ao lugar, à região, ao território, monopolizando e oligopolizando essas diferentes escalas do mercado, sendo um circuito formado pelo agronegócio, pelas grandes empresas mineradoras, pelas grandes indústrias, pelas grandes firmas da construção civil, pelas transportadoras logísticas, e pelo novo terciário, formado pelos comércios modernos e os serviços de média e alta complexidade (QUEIROZ, 2014, p. 109).

Sposito (1999, p. 45) resume o circuito superior como

[...]definido por: capital abundante; tecnologia mais avançada ,a produção; exportação dos produtos acabados organização bem burocratizada; assalariamento de toda a força-de-trabalho; e grande estocagem de produtos [...] Outro importante elemento ligado ao circuito superior é o Estados, através de suas políticas de desenvolvimento, financiando e favorecendo as grades firmas pelas políticas de impostos e como fornecedor de infraestrutura”

Já o circuito inferior é composto por atividades mais simples, tais como “[...] atividades de fabricação tradicionais, como artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços” (SANTOS, 2008, p. 24). Atividades consolidadas em um único espaço visando aprovisionar uma pequena população, “configurando uma divisão do trabalho que é operado pelo próprio lugar” (COELHO; PEREIRA, 2011, p. 165). Sposito (1999) acentua as características do circuito inferior, baseado no: subemprego, não-emprego ou terceirização e pela pobreza no campo e também na cidade.

A diferença entre os dois circuitos é que “no circuito superior os capitais são comumente volumosos, em relação com a tecnologia utilizada. Ao contrário, no circuito

inferior, as atividades “trabalho intensivo” utilizam capitais reduzidos e podem dispensar uma organização burocrática.” (SANTOS, 2008, p. 45)

O quadro 5 mostra as características desses dois circuitos, aparecendo como opostas, no entanto, como salienta Santos (2008), cada circuito é dotado de uma lógica interna, o circuito superior obtém sua articulação fora da cidade e da região, enquanto a articulação do circuito inferior está na cidade e sua região; as atividades do circuito superior utilizam créditos bancários, a medida que são as grandes firmas que controlam os bancos e por conseguinte controlam outras atividades. Já o circuito inferior utiliza o crédito em dinheiro líquido, contudo suas características são outras, provenientes principalmente de crédito pessoal, sem a capacidade de acumulação, já que saldar os fornecedores se torna o principal objetivo e a busca por crédito líquido descontrolado, mesmo os intermediários necessitam do crédito líquido para saldar suas dívidas bancárias.

**Quadro 5** – Características dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos.

	Circuito Superior	Circuito Inferior
Tecnologias	capital intensivo	trabalho intensivo
Organizações	burocrática	primitiva
Capitais	importantes	reduzidos
Assalariado	Dominante	volumoso
Estoques	grande quantidade e/ou alta qualidade	não-obrigatório
Emprego	Reduzido	qualidade inferior
Crédito	bancário institucional	submetidos a discussão entre comprador e vendedor ( <i>haggling</i> )
Margem de lucro	reduzida por unidade, mas importante pelo volume de negócio (exceção produtos de luxo)	peçoal não-institucional
Relações com a clientela	impessoais e/ou com papéis importantes	elevada por unidade, mas pequena em relação ao volume de negócio
Custos fixos	importantes	diretas, personalizadas
Publicidade	Necessária	Desprezíveis
Reutilização dos bens	Nula	Nula
<i>Overhead capital</i>	indispensável	Frequente
Ajuda governamental	Importante	Dispensável
Dependência direta do exterior	grande, atividade voltada para o exterior	nula ou quase nula
		reduzida ou nula

Fonte: Santos (2008, p.44).

Santos (2008) evidencia que o circuito inferior se apresenta como uma expressão social e econômica, a medida que seu funcionamento abarca pessoas expulsas do campo, sua preservação se dá com a incapacidade dos circuitos modernos oferecer empregos a todos, no entanto os aspectos que o autor ressalta não se trata de ser fornecedor empregatício ou provedor de meios de subsistência, mas sim do circuito inferior reproduzir continuamente a

pobreza, pois arrecada a poupança popular para o circuito superior através de intermediários diversos.

Conforme Santos (2008), as tecnologias utilizadas no circuito superior é de alto nível, de “capital intensivo”, enquanto que a utilizada no circuito inferior é de trabalho intensivo. O quadro 5 mostra os circuitos superior e inferior: o circuito superior maneja grandes volumes de mercadoria, enquanto que o circuito inferior manipula pequenas quantidades. Os preços das mercadorias e serviços do circuito superior são fixos usualmente, já no circuito inferior os preços oscilam. O lucro do circuito superior por unidade é reduzida, enquanto o lucro total é elevado já que opera em larga escala, contudo ocorre o contrário no circuito inferior, o lucro por unidade é elevado e o resultado total é menor. As atividades do circuito superior têm custos fixos, desfrutam de ajuda governamental, se integram a outra cidade de nível superior ou ao exterior e tendem a controlar a economia por inteiro, enquanto a do circuito inferior quase não tem custos fixos, não dispõe do apoio governamental, sua integração se dá localmente e tende a ser controlado pelo mercado.

Silva (2015) discute os dois circuitos da economia urbana, visando atualizar a teoria. O referido autor ressalta que há um circuito intermediário entre o circuito superior e inferior que não consta no quadro apresentado por Santos (2008). Salaria também que esse circuito intermediário deriva da acumulação flexível e do advento de novos setores de produção, criando outras maneiras de fornecer serviços de cunho financeiro. Já a tecnologia passou a ser utilizada pelos dois circuitos, ao passo que a utilização varia em maior ou menor quantidade dependendo do “insumo estratégico para empresas, pessoas e governo” (SILVA, 2015, p. 9).

O autor ainda destaca que outro setor flexibilizado foi o de pagamentos, preços e valores; entre vendedores o pagamento praticado não se dá mais apenas através do pagamento negociável, mas da troca ou reposição de mercadorias, bem como do escambo, isto é, “os preços que apresentavam, na década de 1970, situações estabilizadas, na qual o superior os tinha geralmente, fixos; o inferior, negociável através de regateio e acordos, conforme o comprador” (SILVA, 2015, p. 10). O pagamento também pode se dar através da troca de serviços no circuito superior, empresas utilizam parcerias e intercâmbios de produtos e mão de obra para fortalecerem-se no mercado que atuam.

Queiroz (2014, p. 109) salienta que

O circuito inferior, denominado vulgarmente de “tradicional”, é um resultado indireto da modernização tecnológica, com atividades em que predominam as relações internas ao lugar, à região, e ao território, de pequenas dimensões e voltadas aos interesses da população, em especial aos mais pobres, como a agricultura não capitalizada, as pequenas fábricas industriais, a produção artesanal, e os comércios e serviços “tradicional”,

como as feiras livres, os mercados públicos, os camelôs, os ambulantes, o barbeiro, o alfaiate, os entregadores ou fretistas de mercadorias etc.

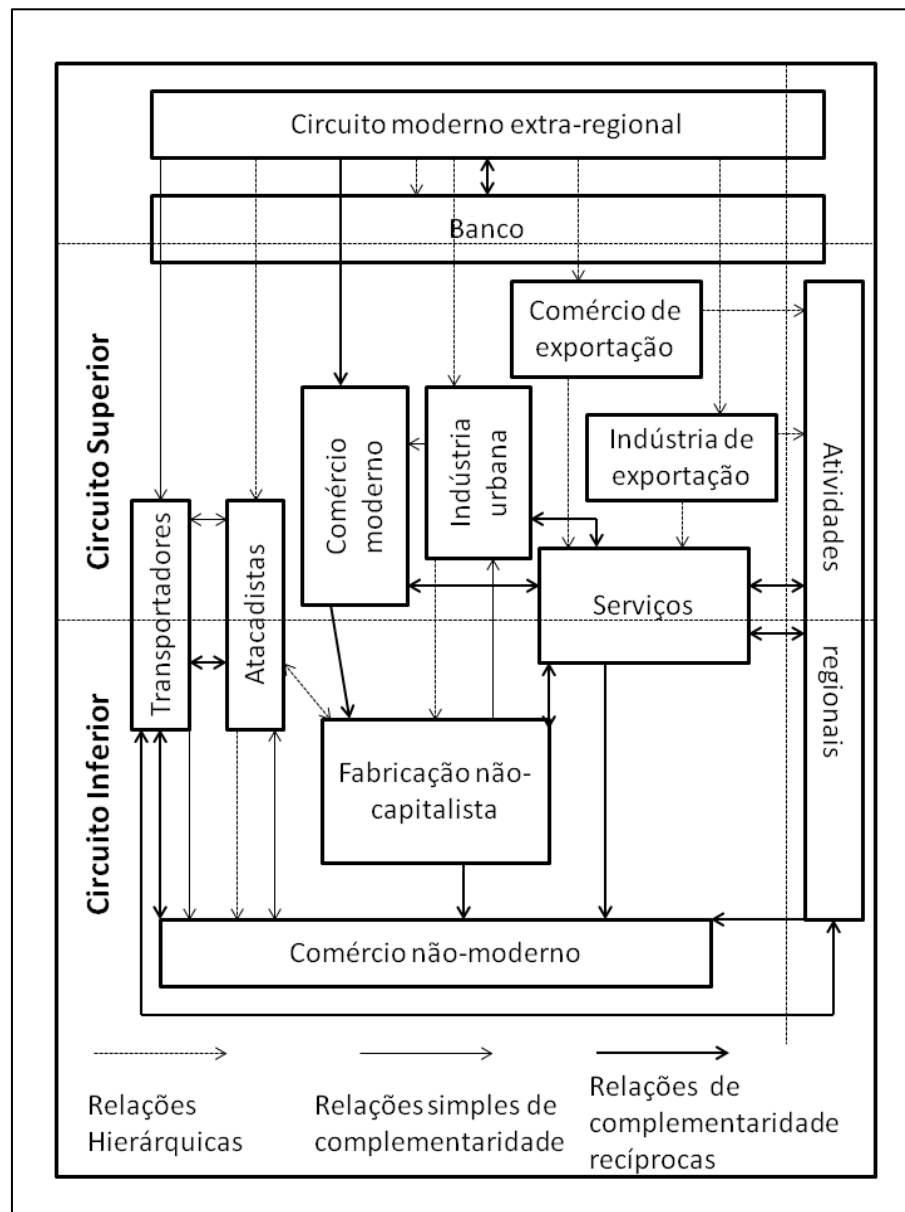
As atividades do circuito superior são classificadas como “puras”, “impuras” e “mistas”. As atividades que possuem vínculo com os dois circuitos da economia urbana são consideradas mistas, como são os casos das empresas atacadistas e transportadoras, “ainda há uma dependência, no caso do circuito inferior, dos intermediários, representados por atacadistas e transportadoras” (SPOSITO, 1999, p. 46).

Silveira (2010) ressalta que o circuito superior expande seu controle sobre o território nacional, a medida que cria um distanciamento de atividades banais da cidade, bem como impulsiona áreas aptas para seu interesse, destarte a agricultura moderna e indústrias dependem da especialização de serviços urbanos. No entanto algumas tarefas fundamentais para o circuito superior não são interessantes para os agentes hegemônicos, como transporte, abastecimento, distribuição, contabilidade, dentro outras, estas se tratam da

Porção marginal do circuito superior, capaz de contribuir a unificar as etapas da divisão territorial do trabalho hegemônica. Exercendo um papel essencial na cooperação, essa porção marginal do circuito superior obtém, todavia, lucros modestos em função do poder que os atores hegemônicos detentam para impor as condições e o valor do trabalho ao resto dos agentes. Entretanto, o poder público não é alheio a essa desigualdade no valor do trabalho. A existência de tal porção marginal na economia superior permite diminuir custos sem por isso abater os preços finais dos bens e serviços (SILVEIRA, 2010, p. 4)

Os atacadistas e transportadoras desenvolvem atividades classificadas como mistas, pelo fato de sua dupla ligação, como pode ser visto na figura 1, as transportadoras e atacadistas possuem uma relação de complementaridade simples e recíproca, também ligadas ao comércio não moderno (feiras, mercados públicos etc.) por complementaridade recíproca, o qual ainda é possível apontar a relação hierárquica entre o comércio não moderno e os atacadistas. Enfim, as transportadoras estabelecem relações de complementaridade simples do circuito moderno extra-regional e com os bancos, enquanto com as atacadistas dispõem de uma relação de complementaridade recíprocas.

**Figura 1** – Os elementos dos dois circuitos da economia urbana.



Fonte: Santos (2008, p. 40)

Os atacadistas e transportadoras têm laços funcionais tanto com o circuito superior como com o circuito inferior da economia urbana e regional. O atacadista está no topo de uma cadeia decrescente de intermediários, que chega frequentemente ao nível do “feirante” ou do simples vendedor ambulante. Através desses intermediários e pelo crédito, o atacadista leva um grande número de produtos aos níveis inferiores da atividade comercial e fabril e, assim, a uma gama extensa de consumidores (SANTOS, 2008, p. 41).

De acordo com Santos (2008), as transportadoras executam duas funções, ao transportar mercadorias pode distribuí-las entre as cidades ou entre a cidade e o campo, além de poder se tornar comerciante.

Mesmo com o desenvolvimento tecnológico, Santos (2008) realça que o desenvolvimento do transporte não ocasionou grandes mudanças, pois mesmo reduzindo distâncias, as comunicações mais acessíveis impõem as pessoas um modelo de consumo, ou seja, os preços não possui tendência à redução, à medida que são fixados pelas firmas, muitas vezes internacionais. O mercado possui dimensões bem delimitadas, efetivando uma conduta monopolística, a medida que o acesso ao mercado se dá a poucos comerciantes, muitas vezes um só, que cobra valores exorbitantes, sem a capacidade de se deslocar, as pessoas arcam com o valor alto, ou seja, “a difusão espacial do circuito superior também significa a difusão do empobrecimento[...]Essa organização do espaço leva pois à perpetuação tanto do circuito superior marginal, como, e principalmente, do circuito inferior.” (SANTOS, 2008, p. 369).

Silveira (2010, p. 5) reforça que

Embora o circuito inferior renove, em situações como essas, sua subordinação e dependência do circuito superior, não é demais lembrar que os circuitos da economia urbana constituem um movimento complexo e contraditório. Hoje, as técnicas mais flexíveis têm criado um leque de possibilidades de trabalho e resistência para o circuito inferior e superior marginal.

Segundo Santos (2008) é imprescindível a compreensão das relações entre atividades modernas e a ação do Estado, a medida que se impões como um instrumento fundamental a compreensão da vida econômica e social dos países subdesenvolvidos, é a partir dela que também é possível compreender a relação dialética entre os dois circuitos da economia urbana, a medida que existe uma competição por mercados entre os dois circuitos, bem como pelo domínio do espaço que é “representado pela tendência do circuito superior unificar totalmente o mercado e do circuito inferior a reclamar uma parte na organização do espaço e a se colocar em concorrência com o circuito superior.” (SANTOS, 2008, p. 159).

Conforme Silva (2013), na totalidade da economia urbana, tanto o circuito superior quanto o inferior se subordinam às leis gerais do funcionamento capitalista, ao passo que o surgimento dessa dinâmica urbana capitalista se deu através do incremento tecnológico. Santos (2008) salienta que o problema é encontrar uma forma de comunicação que permita a correlação entre os dois circuitos, ao passo que promova melhorias para indivíduos implicados no circuito inferior, de forma a melhorar a produtividade destes, isso provocaria um arranjo espacial capaz de realocar adequadamente os recursos nacionais.

A compreensão dos dois circuitos da economia urbana permitirá “indicar caminhos analíticos sobre o funcionamento das cidades, especialmente apontando para as atividades que são criadas visando a geração de trabalho” (CATAIA, 2013, p.64). De acordo com o mesmo autor, os dois circuitos da economia urbana se distinguem pelo uso do capital, organização das atividades e utilização de tecnologia. No entanto, os dois circuitos possuem uma relação de complementaridade e até mesmo de concorrência, sendo parte de um mesmo sistema econômico.

As centrais de abastecimento interagem com os circuitos superior e inferior da economia urbana, pois nelas atuam empresas atacadistas e transportadoras que, segundo Santos (2008), fazem a articulação dos dois circuitos. Sposito (1999) salienta que a teoria dos dois circuitos não se trata de um dualismo, mas de uma bipolarização, porque não haveria nem circuito intermediário ou continuum. Silveira (2010) ressalta que os circuitos da economia urbana são vasos comunicantes, a medida que não são resultado de dinâmicas compartimentadas dos fatores de produção.

### **3.1 O circuito espacial de produção e sua correlação com os dois circuitos da economia urbana e com as centrais de abastecimento**

Botelho (2010) salienta que foi a partir do período técnico, que compreende a Primeira Revolução Industrial, no século XVIII até meados do século XIX, que houve as grandes inovações que propiciaram os fluxos entre os Estados Nacionais, ao passo que o modo capitalista de produção foi alterado através do processo de industrialização que incentivou a criação de novas técnicas e a divisão territorial do trabalho, promovendo mudanças na relação espaço/tempo. Os fluxos materiais e imateriais ganham destaque nesse período por se constituírem como componentes essenciais do processo produtivo, propiciando as trocas e intercâmbios entre os lugares. No entanto os circuitos regionais resultavam em um intercâmbios locais restritos, a medida que a falta de técnica culminava na dificuldade de assistência entre circuitos de produção e círculos de cooperação, além de ratificar o processo de isolamento, já que alguns pontos só possuíam, quase exclusivamente, conexão com a metrópole.

Segundo Joly (2007) o processo produtivo se constitui na circulação a medida que através dela se realiza a mais valia, culminando em seletividade espacial, diminuindo a

importância dos circuitos regionais, espacialmente limitados, e possibilitando o surgimento dos circuitos espaciais de produção. Santos (2006) salienta que essa o aperfeiçoamento da divisão territorial do trabalho determina novas formas de cooperação e também de controle à escala do mundo, o qual é essencial a atribuição dos sistemas de engenharia que regulam o processo produtivo garantindo uma ampla fluidez dos fatores hegemônicos.

Castillo e Frederico (2010) vão além e ressaltam a diferença entre circuito espacial de produção e cadeia produtiva, assinalando que ambos os conceitos têm objetivos diferentes, bem como divergem em corpos teóricos, ao passo que a noção de cadeia produtiva está relacionada às diversas etapas da produção, distribuição, serviço de apoio e comercialização, incluindo seus agente; o conceito é utilizada nas Ciências Sociais Aplicada, como Economia e Administração e está mais relacionado as organizações empresariais diante o paradigma produtivo, estando seu objetivo relacionado a ampliação da competitividade de produtos, através de uma reestruturação da técnica de produção e da racionalização do fluxos.

Já no que diz respeito ao circuito espacial de produção, Castillo e Frederico (2010) destacam que o circuito espacial de produção tem por foco o espaço geográfico, ao invés do empresarial, ou seja, o objetivo não está focado nos obstáculos da constituição funcional absoluta, nem mesmo nas dificuldades que impliquem em danos na competitividade final dos produtos, mas no envolvimento socioespacial dos lugares, regiões e territórios na determinação da competitividade, tal como na lógica de localização d atividade econômica e na dinâmica de fluxos.

Botelho (2010) salienta a diferença entre os circuitos espaciais e os circuitos regionais, enquanto os circuitos regionais são cerceados pelo conteúdo científico em seu processo produtivo, informação e técnica, ao passo que a capacidade de fluidez da produção e do escoamento da mercadorias são deficientes, além do comando, norma e informação serem debilitados, uma produção restringida ao âmbito local e limitada de forma horizontal, não obstante a produção não é consumida nesta dimensão, sendo voltada ao comércio externo.

Santos e Silveira (2004) ressalta que tem havido o progressivo incremento da especialização produtiva, sendo os circuitos regionais de produção substituídos por circuitos espaciais de produção, resultando na maior integração entre diferentes regiões, havendo um maior entrelaçamento dos circuitos produtivos. Todas as etapas do processo de produção se articulam por intermédio dos chamados circuitos espaciais de produção.

Joly (2007) evidencia que, atualmente, a conectividade dos lugares ou das regiões com o mundo não precisa perpassar pela escala do território nacional, de modo que as relações espacialmente hierárquicas também se alteraram, ou seja, havia uma linearidade nas relações

hierárquicas de acordo com sua importância, bens de consumo e serviços oferecidos por meio da configuração territorial, a contiguidade era elemento essencial para delinear uma região, contudo, atualmente, as relações interescares propiciaram diferentes direções que se pode dar as relações, em razão do alargamento das escalas, de modo que “há lugares, por exemplo, que guardam um nexos regional muito mais forte com outros, fisicamente mais distantes do que com seus próprios vizinhos.” (JOLY, 2007, p.19).

O vínculo entre os circuitos superior e inferior viabiliza a produção e a distribuição. Para Marx (2008), a circulação se constitui numa fase importante do processo de produção. Santos (2008) salienta que todos os processos ligados à produção, distribuição e consumo estão integrados e se constituem no que o autor denomina de circuitos espaciais de produção, em substituição aos antigos circuitos regionais de produção.

Santos (2008) ainda salienta que através dos circuitos espaciais de produção é possível ter uma maior compreensão das dinâmicas territoriais em diversos períodos, além dos circuitos espaciais de produção conectar lugares que não são adjacentes ou contíguos, mas que a partir das redes passam a se materializar como unidade, ao passo que o “o espaço global, portanto, se reorganizou para atender às novas necessidades do processo produtivo, que não conhece mais as fronteiras regionais, territoriais ou culturais.” (JOLY, 2007, p. 20).

Castillo e Frederico (2010, p. 466) ressaltam que cada lugar pode acomodar diferentes fases de inúmeros circuitos espaciais de produção que, por sua vez, proporcionarão

- 1) confrontar a configuração territorial pretérita com os novos arranjos espaciais produtivos; 2) avaliar o papel das densidades normativas, inclusive as solidariedades institucionais e as relações de conflito e cooperação entre as diversas escalas do poder público; 3) identificar a hierarquia entre os lugares e as diversas temporalidades coexistentes

Joly (2007) ainda resalta que houve o anúncio do fim da região como categoria de análise e recorte espacial, pois as transformações ocorridas fizeram a antiga configuração regional ruir, entretanto a região não desvaneceu, a medida que seu conteúdo teve a tendência a modificação para um conteúdo cada vez mais técnico.

Os circuitos espaciais de produção favorecem que

O tempo necessário para cruzar distâncias pode ter diminuído de maneira inversamente proporcional aos diferentes modos de fazê-lo, mas o acesso a esse privilégio é tão restrito quanto maior for sua potencialidade técnica e seu alcance espacial. Existe, portanto, uma hierarquia quanto ao uso desses sistemas técnicos que possibilitam uma maior racionalidade no uso do espaço, do território, da região (JOLY, 2007, p. 21).

Santos e Silveira (2004) salientam que a repartição entre os lugares combinadas a divisão territorial do trabalho pode criar a ilusão de imobilidade do espaço de um país, ao passo que para compreender o funcionamento do território se faz necessário perceber o movimento, à medida que é acentuada a proposta de circuitos espaciais de produção.

Segundo Castillo e Frederico (2010) a logística é elemento essencial para fazer a análise dos fluxos que percorrem os circuitos produtivos, além de ser fundamental na compreensão dos diversos momentos do processo produtivo organizado pelas grandes corporações, da escala local à mundial, pois é através da logística que se demonstra a conexão das diversas etapas separadas da produção.

Os circuitos espaciais de produção são os estágios de um processo de produção, as fases pelas quais um determinado produto passará até o consumo final, isto é, “as diversas etapas pelas quais passaria um produto desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final” (SANTOS, 2008, p. 49).

Castillo e Frederico (2010) complementam que o circuito espacial produtivo tem por foco a centralidade da circulação (circuito), à proporção que, em um só tempo, se desdobra na articulação de diversas etapas da produção, por conseguinte se desdobra na condição do espaço “(espacial) variável ativa na reprodução social e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade, produtiva dominante (produtivo)” (CASTILHO; FREDERICO, 2010, p. 463). Os autores ressaltam que o objetivo do circuito espacial produtivo é

- 1) compreender o uso do território através da dinâmica dos fluxos, acentuada no atual período histórico; 2) identificar a situação dos lugares em relação à divisão territorial do trabalho na escala nacional, num dado momento (SANTOS, 1986, p.130); 3) aprender o embate estabelecido entre uma lógica dos territórios e uma lógica das redes.

Marx (2008) salienta que a distribuição se interpõe entre produtor e produtos através de leis sociais, determinando sua parte entre produção e consumo, isto, é a produção não é um processo inerte, ao passo que cria a necessidade de circulação e distribuição, resultando em circuitos, Marx vai além definindo consumo produtivo, destacando que a produção é consumo e vice-versa. Por conseguinte, para o autor a distribuição não é só relevante para o estudo da economia política moderna, como é parte constituinte do processo de produção.

Segundo Castillo e Frederico (2010) é a noção do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação no espaço que possibilita a compreensão da interdependência dos espaços produtivos, promovendo a percepção da circularidade e unicidade do movimento, permitindo a distinção e compreensão de cada etapa da produção.

Segundo Santos e Silveira (2004), o meio técnico-científico-informacional proporcionou aos círculos de cooperação a inserção em uma escala geográfica de ação mais ampla, em um nível muito maior de complexidade, os fluxos se tornaram mais intensos e seletivos, à medida que a circulação passou a presidir a produção. Ou seja, é através dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação que é possível o entendimento da hierarquia dos lugares desde as escalas regionais até mundiais.

Castillo e Frederico (2010) ressaltam que o circuito espacial de produção está pautado na noção de centralidade da circulação, na relação espacial das diversas etapas da produção, já os círculos de cooperação tratam-se da correlação

estabelecidas entre lugares e agentes por intermédio dos fluxos de informações. Os círculos de cooperação são essenciais por permitirem colocar em conexão as diversas etapas, espacialmente separadas, da produção, articulando os diversos agentes e lugares que compõem o circuito espacial da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 464).

Castillo e Frederico (2010) ainda diferenciam os circuitos espaciais de produção e o círculo de cooperação, ao primeiro é atribuído o aspecto de circulação de matéria ou fluxos materiais dispostos sequencialmente em instâncias passível de distinção geográfica em um movimento contínuo, isto é, a produção, distribuição, troca, e consumo. Já os círculos de cooperação no espaço se referem à comunicação, consolidada nos fluxos imateriais que garantem a organização dos lugares e agentes dispersos geograficamente, ou seja, na transferência de capitais, ordens e informação, estas por conseguinte unem etapas segmentadas da produção.

As centrais de abastecimento, além da integração com os dois circuitos da economia urbana, fazem parte do circuito espacial de produção, pois atuam na distribuição de produtos hortifrutigranjeiros produzidos em diferentes regiões, mediando às relações entre os consumidores, produtores de alimentos e os distribuidores.

As centrais de abastecimento contribuíram para ampliar as relações cidade-campo, posto que as cidades exercem influência direta sobre as atividades agrícolas. Segundo Locatelli e Hespanhol (2009), ainda que se faça necessário o aprimoramento e disseminação de técnicas, as ligações intersetoriais associadas ao nível tecnológico retratado pelo sistema agrícola moderno situam as atividades agrárias próximas da dinâmica urbana, através de suas características produtivas, a medida que “quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance” (SANTOS, 1988, p. 61).

Longe de funcionar em fragmentos, a cidade e o campo estão integrados, logo a separação entre campo e cidade é equivocada. Santos (1993) salienta que não se trata mais de

“regiões rurais” e sim agrícolas, em razão das atividades agrícolas também serem desenvolvidas em regiões urbanas, logo a chamada “região agrícola” faz uma inter-relação entre o urbano e o rural.

Elias e Pequeno (2007) destacam que quanto mais globalizados os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação, as relações campo-cidade tendem a serem mais complexas, por conseguinte isso se reverte em uma considerável modelação do território e em um novo arranjo do sistema urbano

com a multiplicação de pequenas e médias cidades, que compõem lugares importantes para a realização do agronegócio globalizado. Da mesma forma, considerando que a difusão do agronegócio globalizado se dá de forma social e espacialmente excludente, sua difusão promove o acirramento das desigualdades socioespaciais também nas cidades do agronegócio (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 26-27).

O desenvolvimento tecnológico, a redução nos custos de transporte e a modernização da agricultura ampliaram as possibilidades de troca. Santos (1988) ressalta a diversidade dos fluxos que influenciam as relações de troca de diferentes níveis. Com o aprimoramento das técnicas mecânicas, químicas e biológicas, dificuldades impostas pelas condições atmosféricas e as limitações relacionadas à baixa fertilidade natural dos solos tenderam a ser superadas. Assim, os produtos finais somente serão excluídos se não alcançarem um preço mínimo que compense sua produção em relação a outros, na medida em que “a empresa tenderá a utilizar a matéria-prima nas formas mais lucrativas” (MARQUES; AGUIAR, 1993, p.189).

Castillo e Frederico (2010) ressaltam que as áreas de produção agrícolas dizem respeito ao espaço utilizado para a produção de um determinado produto, desde sua produção até o consumo final, a partir dessa internacionalização do processo, os circuitos espaciais produtivos mudaram a qualidade da inserção do Brasil em mercados internacionais, contudo o Brasil é um dos últimos países que dispões de áreas para a expansão da produção agrícola, pois a arena de produção do cultivo de grão não encontram grandes heranças espaciais, a passo que os grãos precisam ser transportados por milhares de quilômetros até os portos brasileiros, isso faz com que não haja resistência das populações locais ao uso corporativo do campo e das cidades.

Montagut (2009) *apud* Bini (2014) destaca que os circuitos mais amplos e dispensáveis no tempo e espaço implicam em maiores gastos e influem no valor final dos produtos. Este é o caso de São Paulo, pois antes dos produtos serem distribuídos para os entrepostos situados no interior do estado, muitos vão primeiramente a CEAGESP de São

Paulo, ocorrendo, inclusive, a aparente irracionalidade da dupla circulação da mesma mercadoria, ou seja, “a ampliação dos circuitos espaciais de produtos agrícolas exigem uma logística eficiente envolvendo um número maior de regiões e agentes, e torna necessária a proliferação de normas que facilitem e racionalizem a circulação das mercadorias” (CASTILLO; FREDERICO, 2010. p. 470)

Conforme Castillo e Frederico (2010) a localização das atividades produtivas dominantes também é fator fundamental nas decisões corporativas sobre os aspectos materiais, isto é, naturais e técnicos existente em cada lugar, já que “a identificação da hierarquia entre os lugares também faz parte desse procedimento analítico” (CASTILLO E FREDERICO, 2007, p. 465).

Santos e Silveira (2004) destacam que atualmente a solidariedade entre elementos novos e herdados, isto é, uma configuração tradicional de armazenamento pode ser atrelada a um novo formato cultura e com um novo aspecto de transporte, são comandados por fluxos que não são, obrigatoriamente, materiais, como ordens ou informações, a medida que

Essa é a inteligência do capital, reunindo o que o processo direito da produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiros círculos de cooperação. Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação mostra uso diferenciado de cada território por parte das empresas, das instituições, dos indivíduos e permitem compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 144)

O processo produtivo está tão fragmentado que a mais valia se realiza na circulação da mercadoria, necessitando e utilizando o menor tempo possível, essa nova configuração diminui a importância dos circuitos regionais e promove o desenvolvimento dos circuitos espaciais em amplitude global contudo

O funcionamento desse meio técnico há muito tempo deixou as mãos do Estados nacionais, e hoje está concentrado nas mãos das empresas sobretudo as grandes firmas. Estas detêm a primazia sobre o uso dos sistemas técnicos, especialmente no que diz respeito ao comando dos circuitos espaciais, assim como das especializações produtivas nos territórios e regiões (JOLY, 2007, p. 21)

A especialização produtiva proporcionou circuitos espaciais variados com graus diferentes de produção, as mais modernas são captadas “quase sempre para os mercados elitizados das regiões metropolitanas e ao mercado internacional” (BINI, 2014, p. 251), já as não tão modernas poderão ser captadas por outros mercados antes de serem comercializados na região produtora, elevando o preço e dificultando o acesso da população aos produtos. Apesar das revoluções tecnológicas ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1960, e da

modernização da agricultura a ela associada, “a fome e a subnutrição persistem, pois tais problemas não derivam propriamente da indisponibilidade de alimentos, mas na disparidade na sua distribuição” (HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL R. A. M., 2010, p. 75).

Santos e Silveira (2004) salientam que os circuitos de distribuição e do consumo se projetam no território garantindo que as “produções agrícolas e industriais estejam presentes num território unificado pelo mercado. É o caso da rede Ceasa, que, a partir da década de 1970, espalhou-se por vinte Estados da federação.” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 148).

Castillo e Frederico (2010) destacam que a importância dos círculos de cooperação, já que através desses é possível suplantam o território brasileiro, constituído por diversas empresas e agentes financeiros internacionais, além de sua própria diversidade de Estados. “A maneira como cada agente se insere no circuito espacial produtivo e a forma como constitui suas relações revelam uma hierarquia” (CASTILIO; FREDERICO, 2010, p. 470), contudo são aqueles que comandam a circulação, isto é, que criam o movimento da produção, que realmente detém o poder.

A CEAGESP comercializa produtos hortifrutigranjeiros e, em segundo plano, facilita a interação entre produtores e consumidores e, esporadicamente, consumidores finais. A instituição é parte importante do circuito espacial de produção de produtos hortifrutícolas, a medida que

Prolongando o tempo de estocagem e emitindo *warrants*<sup>6</sup>, a CEAGESP acaba por regular os calendários de circulação das mercadorias. Ela interfere, assim, tanto nos circuitos espaciais de produção quanto nos círculos de cooperação, uma vez que fornece os instrumentos financiadores para operações em bancos e bolsas de mercadorias (SANTOS; SILVEIRA, 2004, p. 149).

Conhecer todas as fases do circuito espacial de produção, bem como sua relação com a teoria dos dois circuitos da economia urbana propicia a identificação dos impactos gerados por um determinado produto ou produção sobre a sociedade “que é comandada por diferentes atores e com distintos poderes de estruturação do espaço” (SILVA, 2013, p. 6).

---

<sup>6</sup> “Títulos de Créditos Especiais que possibilitam o financiamento dos estoques dos produtos armazenados” (CEAGESP, 2018).

### **3.2 A CEAGESP de Presidente Prudente, seu circuito espacial de produção e sua correlação com os dois circuitos da economia urbana**

A unidade da CEAGESP de Presidente Prudente, conforme visto na foto 01, foi implantada no ano de 1981, sua infraestrutura é chamada de entreposto e é constituída por boxes e módulos.

**Foto 01** - Fachada da unidade CEAGESP de Presidente Prudente.



Foto: Larissa O. Dionisio, 2016

A obtenção de dados primários se deu através de entrevistas e aplicações de formulários. As entrevistas serviram para coletar informações nas atividades que fazem parte do circuito superior da economia urbana: hipermercados (Carrefour e Muffato Max) e supermercados (Estrela e Econômico); as entrevistas nos supermercados e hipermercados se deram nos meses de Maio e Junho de 2016, utilizando um roteiro semiestruturado que nortearia a entrevista. Também foi feita entrevista com o gerente da CEAGESP para aquisição de informações sobre distribuição e circulação da produção que chegava ao entreposto, as entrevistas se deram nos meses de Agosto e Setembro de 2016 e 2017.

Os formulários foram aplicados em 20% dos permissionários da CEAGESP, ou seja, 19 permissionários, o formulário trazia perguntas a respeito do tamanho da propriedade do produtor, o município que se dava o processo de produção, se o produtor tinha ajuda da família, qual era o destino da produção, o que ele produzia e os pontos positivos e negativos

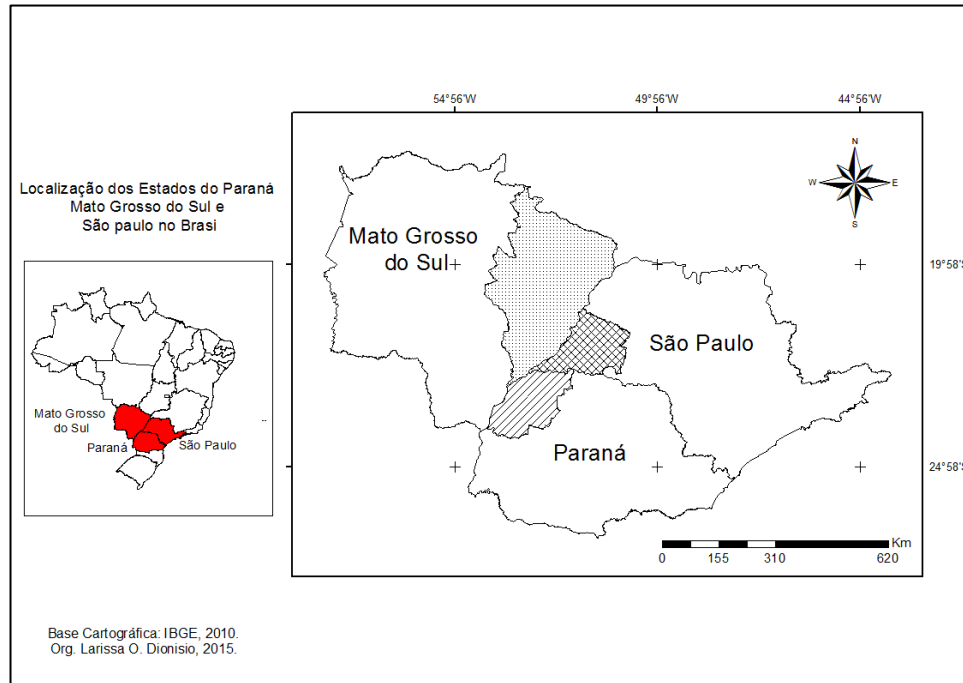
que da CEAGESP. A aplicação desses formulários se deu nos meses de Agosto e Setembro de 2016 e 2017.

Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturada para coletar informações em atividades que fazem parte do circuito inferior da economia urbana: na feira da Avenida Manoel Goulart em Presidente Prudente, e entrevistas nos mercados de bairros, escolhidos aleatoriamente; as entrevistas se deram nos meses de Maio e Junho de 2016. O objetivo de ambas as entrevistas era compreender a dependências desses pequenos estabelecimentos, bem como dos feirantes, da CEAGESP de Presidente Prudente.

Conforme dados da CEAGESP de Presidente Prudente, coletados na pesquisa de campo, a CEAGESP abastece cerca de 70 cidades da região de Presidente Prudente, possuindo um fluxo de 800 a 1.200 pessoas por dia. Em média são comercializados mensalmente cerca de cinco mil toneladas de produtos, somando anualmente 61 mil toneladas, conferindo 1,4% da participação no total da rede CEAGESP.

Os principais produtos comercializados são batata, cebola, laranja e melancia. O raio de atuação da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente compreende o Pontal do Paranapanema e a Nova Alta Paulista, além do Noroeste do Paraná e o Leste do Mato Grosso do Sul, conforme se verifica no mapa 8. Segundo informações fornecidas pelo gerente da CEAGESP de Presidente Prudente também remete produtos para os Estados de Rondônia e do Acre.

**Mapa 8 – Área de influência da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente – SP**



Fonte: CEAGESP, 2015.

Neste espaço, há a atuação dos “boxistas, isto é, comerciantes de caráter atacadista já instalados em recintos próprios” (TSUKAMOTO; ASSARI, 2012, p. 2). Boxes são pavilhões distribuídos individualmente para comercialização, já os módulos também denominados de “pedras”, possuem área menor do que os boxes, e são divididos por faixas pintadas no chão, como pode ser visto na foto 02.

**Foto 02** - Demarcação dos módulos da CEAGESP de Presidente Prudente.



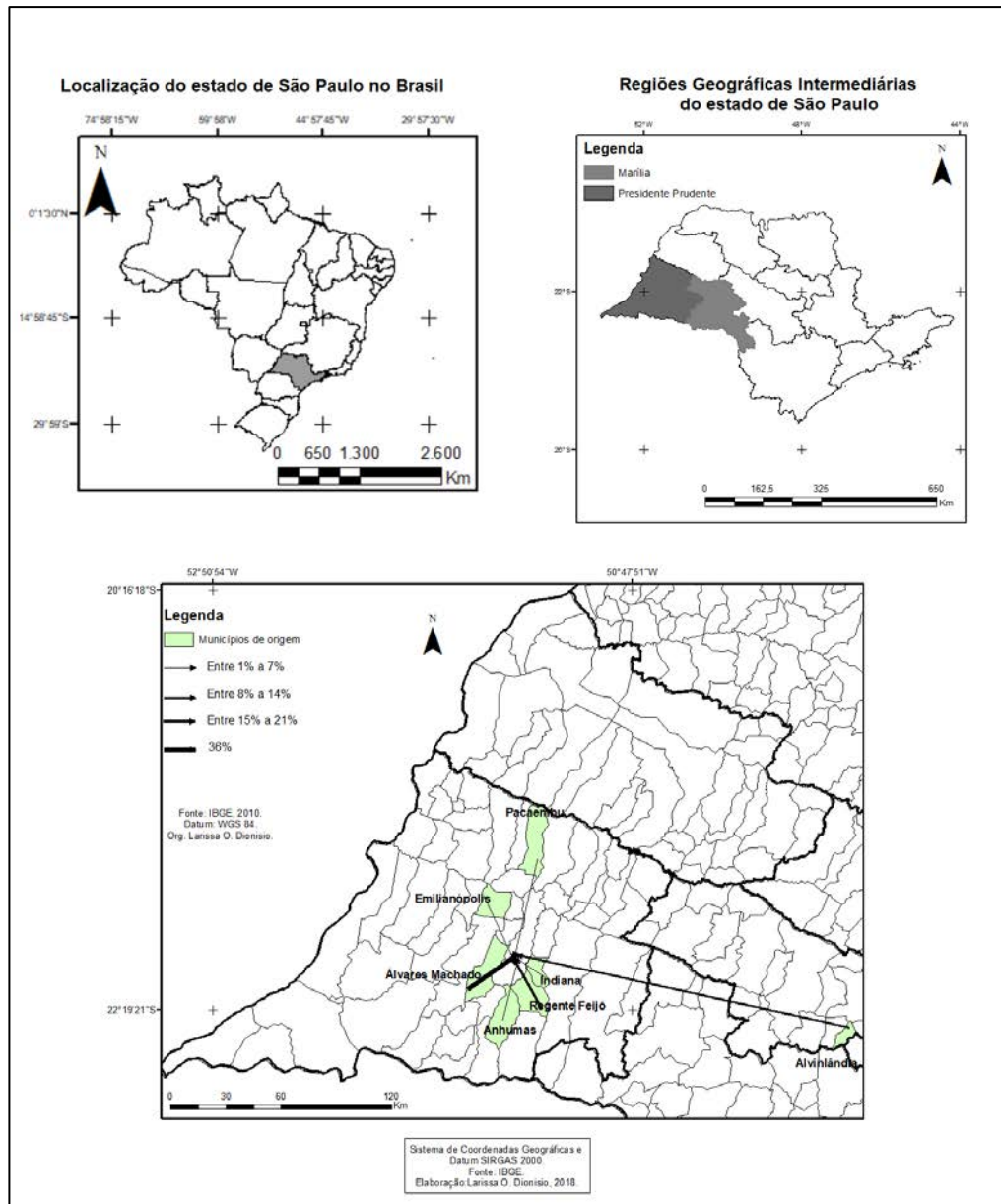
Foto: Larissa O. Dionisio, 2016.

A CEAGESP de Presidente Prudente possui 46 boxes destinados aos produtos hortifrutigranjeiros e 36 módulos para o mercado de flores, além de outros 124 módulos para a comercialização de outros produtos.

A CEAGESP de Presidente Prudente possui 96 permissionários, no entanto apenas seis deles são produtores, segundo o gerente. Os permissionários são comerciantes, pessoas que buscam os produtos em outros lugares, não sendo necessariamente produtores, de acordo com o gerente da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente.

Verifica-se no mapa 9, que 36% dos produtos comercializados na unidade da CEAGESP de Presidente Prudente são provenientes do município de Álvares Machado e 15% têm como origem o município de Regente Feijó, ambos contíguos à Presidente Prudente. 14% do volume total comercializado na referida unidade têm como origem o município de Alvinlândia, enquanto que os municípios de Indiana, Anhumas, Emilianópolis e Pacaembu são responsáveis por 35% dos produtos comercializados no entreposto, ou seja, cada município elencado é responsável por 7% dos produtos comercializados.

**Mapa 9 – Fluxo de hortifrutigranjeiros dos municípios do estado de São Paulo para a CEAGESP de Presidente Prudente.**



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

A CEAGESP de Presidente Prudente também recebe produtos provenientes do Estado do Paraná. Um dos comerciantes entrevistados reside em Ibiporã (PR), sendo que a sua produção totaliza 7% da participação. Como já mencionado o raio de atuação da CEAGESP de Presidente Prudente compreende o Paraná, ocorrendo uma dupla circulação da mercadorias, ou seja, o entreposto tanto recebe quanto remete produtos para aquele estado.

Verifica-se no tabela 10 o tipo de mão de obra utilizado pelos permissionários pesquisados que residem em diferentes municípios. Dentre os doze permissionários que

responderam o formulário completo, seis utilizam apenas mão de obra assalariada, sendo eles dos municípios de Alvinlândia, Anhumas, Ibiporã, Pacaembu e Emilianópolis; quatro são auxiliados pela família, sendo eles dos municípios de Álvares Machado e Regente Feijó; dois possuem ajuda tanto da família quanto de mão de obra assalariada, sendo eles dos municípios de Alvinlândia e Indiana.

**Tabela 10 – Mão de obra utilizada por permissionários da CEAGESP de Presidente Prudente para produção hortifrutícola, em 2017**

<b>Tipo de mão de obra utilizada pelos permissionários</b>	<b>Número de permissionários</b>	<b>(%)</b>
Produtores que utilizam mão de obra assalariada	6	50
Produtores que utilizam auxílio da família	4	33,3
Produtores que utilizam mão de obra assalariada e auxílio da família	2	16,6
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

Em 2005, a quantidade de produtos hortifrutigranjeiros comercializada na CEAGESP de Presidente Prudente foi de 55.736.990 kg, o ápice da quantidade comercializada foi em 2014, quando atingiu 61.004.470 kg, no entanto houve uma queda na quantidade em 2016, sendo comercializados apenas 51.346.578 Kg, inferior, inclusive ao volume comercializado no ano de 2005, conforme mostrado no gráfico 4.

Segundo o Índice CEAGESP (2011)<sup>7</sup>, cujo objetivo é demonstrar a variação de preços no atacado de frutas, legumes, verduras, pescado e Diversos (como alho, batata, milho, ovos e pinhão) mensalmente, no ano de 2011, conforme o gráfico 4, é possível observar que 2011 foi o ano com menor quantidade comercializada de produtos hortigranjeiros, houve a elevação na variação dos preços no setor de verduras, 6,22%, em novembro, responsável pela alta do Índice CEAGESP, no setor da frutas também houve um aumento de 3,66% nos preços, a alta registrada também afetou os pescados, 5,63%, já os legumes e Diversos tiveram uma retração nos preços praticados, respectivamente -5,28% e -4,39%.

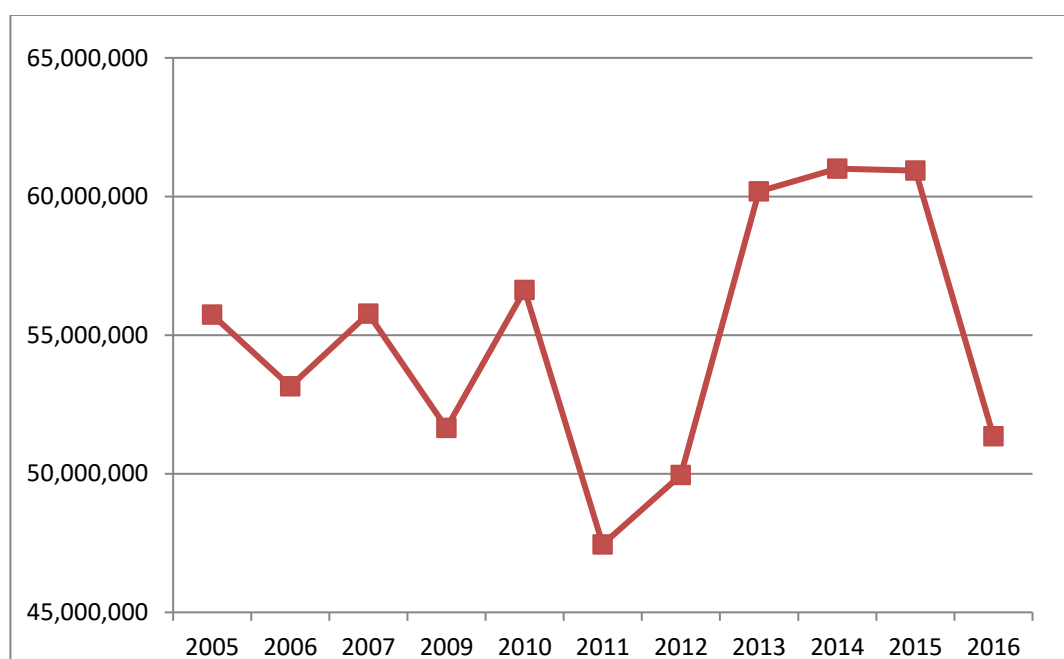
No gráfico 4, é visível que 2011 teve menor quantidade comercializada de hortigranjeiros, já em 2012 há um aumento, em razão do ano de 2011 ter fechado com queda

<sup>7</sup> CEAGESP. **Índice CEAGESP registra elevação de 2,47% em novembro**. São Paulo: 2015. Apresenta informações sobre o Índice CEAGESP de 2011. Disponível em: << <http://www.ceagesp.gov.br/entrepotos/servicos/indice-ceagesp/indice-ceagesp-registra-elevacao-de-247-em-novembro/> >> Acessado em 08 de Dez. 2018.

de 0,33% na variação do preço; em dezembro de 2012 houve a retração de 0,12%, à medida que os legumes e pescados apresentaram recuo, respectivamente -8,94% e -0,18%., as frutas verduras e diversos tiveram altas de, respectivamente 0,27%, 11,08% e 6,33%<sup>8</sup>.

Já segundo o Índice CEAGESP (2014)<sup>9</sup>, o preço da CEAGESP registrou alta de 4,84% em 2014, no entanto houve uma forte retração, 5,25%, em Dezembro, mantendo o índice em patamares satisfatórios, ao passo que 2014 foi um ano de estiagem e a escassez de água, o que culminou em problemas na produção agrícola e no abastecimento, em novembro havia a expectativa de mais elevações nos preço, em razão do período ser de chuva e altas temperaturas, prejudicial a produção afetando o mês seguinte, contudo o que ocorreu foi uma oferta muito grande de frutas e legumes, atendendo a demanda, acarretando em quedas acentuadas dos preços, com baixa procura e alta oferta.

**Gráfico 4** – Quantidade de hortigranjeiros, em Kg, comercializada na CEAGESP de Presidente Prudente, entre 2005 e 2016.



Fonte: Conab/ Siscom (2017)

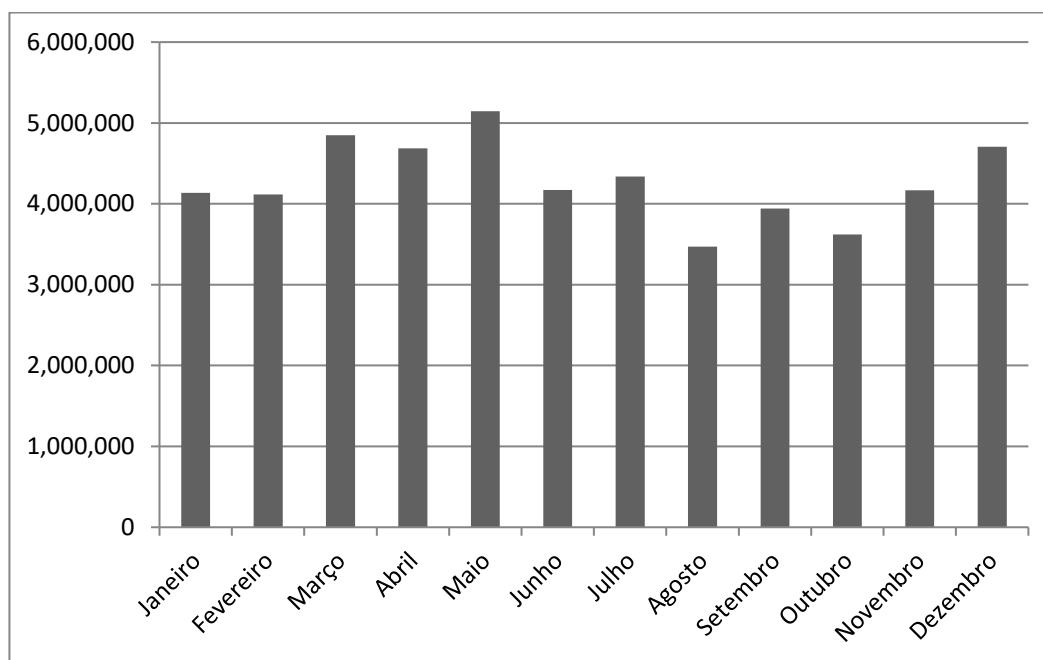
O gráfico 5 mostra a quantidade mensal comercializada na CEAGESP de Presidente Prudente, sendo o mês de maio o maior com 5.144.275 Kg, a medida que houve um recuo de

<sup>8</sup> CEAGESP. **Índice CEAGESP encerra 2012 com elevação de 12,95%**. São Paulo: 2015. Apresenta Informações sobre o Índice CEAGESP de 2012. Disponível em: << <http://www.ceagesp.gov.br/entrepastos/servicos/indice-ceagesp-ano/2012/> >> Acessado em 08 de Dez. 2018.

<sup>9</sup> CEAGESP. **Índice CEAGESP fecha 2014 com alta de 4,84%**. São Paulo: 2015. Apresenta Informações sobre o Índice CEAGESP de 2014. Disponível em: << <http://www.ceagesp.gov.br/entrepastos/servicos/indice-ceagesp/indice-ceagesp-fecha-2014-com-alta-de-484/> >> Acessado em 08 de Dez. 2018.

3,1% do Índice CEAGESP, seguido pelo mês de março com 4.847.046 Kg, cujo o índice CEAGESP aumento 10,39% nos preços praticados, o mês de dezembro com 4.703.978 Kg, com retração de 2,46% no índice dos preços, o qual fechou abaixo da inflação oficial , 6,29%, Abril com 4.687.280 Kg, com recuo de 0,75% nos preços praticados, Outubro com 3.622.235 kg , cujo Índice CEAGESP subiu para 2,73% e julho com 4.337.906 Kg, já que o índice CEAGESP recuou 1,63%. Os meses que apresentaram menor quantidade são junho com 4.171.796 Kg, seguido de novembro com 4.167.819 Kg, Janeiro 4.137.416 Kg, fevereiro com 4.155.003 Kg, setembro com 3.941.386 Kg, sendo agosto o mês que teve menor quantidade, com 3.470.348 Kg.

**Gráfico 5** – Quantidade mensal de hortigranjeiros comercializada na CEAGESP de Presidente Prudente, no ano 2016 (em Kg)



Fonte: Conab/Siscom (2017)

Como observado na tabela 11, em 2016, o volume comercializado pela CEAGESP de Presidente Prudente foi de 51.346.578 quilos, havendo uma redução de 15,73% no volume comercializado, comparado ao ano de 2015, em 2016 houve impactos climáticos como o excesso de chuva no Sul e Sudeste, oferta reduzida do volume de produção, crise econômica que inibiu investimento dentre outros aspectos que prejudicaram a oferta de hortifrutícolas ao longo do ano, o Índice CEAGESP recuou 2,46% nos preços praticados em 2016, contudo teve alta de 3,56% no mesmo ano.

**Tabela 11 - Quantidade de hortigranjeiros comercializada nos mercados atacadistas, da Região Sudeste, em 2016**

<b>Entrepósito atacadista</b>	<b>Volume (Kg) 2016</b>	<b>% em relação a 2015</b>	<b>Valor (R\$) 2016</b>	<b>% em relação a 2015</b>
CEAGESP – São Paulo	3.147.694.268	-5,16%	8.246.137.413,86	8,71%
CEAGESP – Ribeirão Preto	241.051.313	0,89%	548.951.228,44	23,15%
CEAGESP – São José dos Campos	114.047.297	8,43%	249.936.832,01	42,66%
CEAGESP – Sorocaba	112.915.343	-11,54%	251.058.821,65	14,29%
CEAGESP - Bauru	97.124.124	10,77%	245.821.370,30	38,20%
CEAGESP – São José do Rio Preto	69.966.845	-16,83%	173.988.563,84	-3,29%
CEAGESP – Presidente Prudente	51.346.578	-15,73%	106.205.638,46	7,03%
CEAGESP – Piracicaba	43.538.253	12,18%	68.450.310,92	16,86%
CEAGESP – Araraquara	42.927.301	5,97%	111.308.587,80	9,02%
CEAGESP – Araçatuba	18.630.022	3,23%	57.531.317,02	28,18%
CEAGESP – Franca	11.765.102	-18,54%	26.229.439,16	-11,33%
CEAGESP - Marília	8.499.926	-26,34%	24.833.079,64	1,38%
CEAGESP – Campinas – SP	612.282.069	0,75%	1.677.532.907,70	21,74%
CEAGESP – Santo André (CRAISA)	94.342.949	-19,26%	198.058.411,40	4,47%
CEASA-ES – Vitória	387.440.299	-20,11%	877.708.855,07	-5,16%
CEASA-ES – Colatina (COINTER)	17.529.518	-13,14%	39.659.773,34	14,08%
CEASA-ES-São Matheus	2.989.206	12,23%	7.019.020,29	40,21%
CEASA-MG - Grande BH	1.467.785.174	7,60%	3.065.853.462,97	29,88%
CEASA- MG –Uberlândia	235.032.870	1,18%	639.652.591,86	25,87%
CEASA –MG - Uberaba	131.563.844	4,93%	303.532.415,17	12,27%
CEASA-MG – Caratinga	48.783.681	-1,84%	97.343.765,21	20,78%
CEASA-MG – Governador Valadares	35.576.008	-6,19%	72.372.444,40	9,00%
CEASA-MG – Barbacena	15.285.945	-8,93%	36.551.254,00	11,27
CEASA-RJ – Rio de Janeiro	1.314.097.000	-15,08%	3.306.067.000,00	4,81%
CEASA-RJ-São Gonçalo	163.242.000	0,30%	347.732.000,00	9,92%
CEAGESP-RJ – Nova Friburgo	27.241.000	9,90%	37.045.000,00	20,32%
CEAGESP-RJ – Mercado do Produtor Ponto de Pergunta	19.083.000	-18,75	25.756.000,00	-12,71%
CEAGESP-RJ – Paty Do Alferes	7.628.000	-28,05%	11.043.000,00	25,04%
CEAGESP- RJ – São José de Ubá	2.232.156	-17,97%	2.827.162,24	-14,20%
<b>Subtotal Sudeste</b>	<b>8.541.631.091</b>	<b>-4,9%</b>	<b>20.856.207.666,75</b>	<b>12,47%</b>

Fonte: CONAB, 2017.

Presidente Prudente ainda possui armazém e silos, conforme figura 2, para a estocagem de grãos e produtos embalados, em sua armazenagem convencional estoca 15 mil toneladas e no silo vertical 5 mil toneladas.

**Figura 2** - Armazém convencional de Presidente Prudente e ao fundo silo vertical.



Fonte: CEAGESP<sup>10</sup> (2015).

O abastecimento alimentar das cidades é algo a ser planejado, à medida que deve garantir a população “o acesso a alimentos com boa qualidade e a preços justos” (CARVALHO; PINHEIRO, 2010, p. 1).

A CEAGESP, como instituição, tem suas normas e comercializa não somente produtos hortifrutigranjeiros, mas também flores, contudo, Firetti *et al.* (2011) ressaltam que está havendo mudanças na forma de comercializar, pois os pequenos produtores não conseguem acompanhar as demandas do mercado. Tartaglia (1996) destaca que, mesmo com as inovações tecnológicas, as demandas não são supridas, havendo, assim, a progressiva exclusão dos agricultores familiares da CEAGESP.

As centrais de abastecimento também propiciam o intercâmbio de produtos entre as diversas regiões. Valério (2011) salienta que essas centrais agem como principal interseção do abastecimento alimentar.

As centrais de abastecimento tinham como principal objetivo a eliminação da figura do intermediário ou atravessador, proporcionando a maior participação da agricultura familiar, contrariamente ao que salienta Queiroz (2014, p. 111):

---

<sup>10</sup> CEAGESP. Disponível em: <<http://www.ceagesp.gov.br/armazens/unidades/presidente-prudente>> Acessado em out. de 2016.

O modelo de modernização dos transportes e das comunicações e a ineficácia de políticas que incentivassem o desenvolvimento da agricultura familiar, historicamente retratadas no país, fizeram com que esses produtores se distanciassem das centrais de abastecimento.

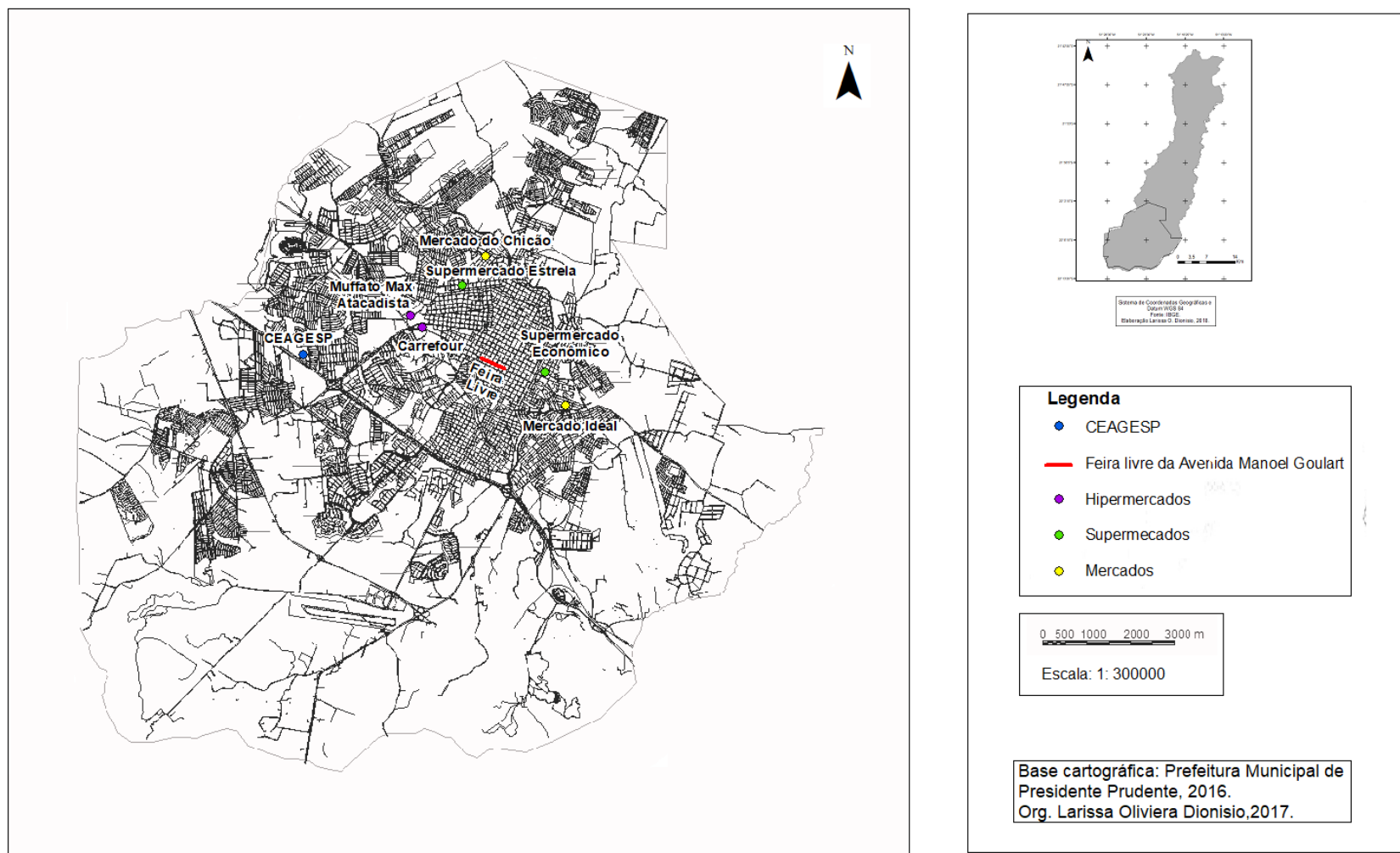
De acordo com Santos (2008), o circuito inferior é recorrentemente denominado de terciário na literatura relacionada com a urbanização de países subdesenvolvidos, o circuito inferior compreende

[...] as atividades de serviço como a doméstica e os transportadores, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços que vão além de suas definições específicas e que têm uma filiação em comum (SANTOS, 2008, p. 201).

Em Presidente Prudente é possível classificar as feiras livres e os pequenos mercados de bairros como atividades do circuito inferior, contudo também é possível aferir que os feirantes agem como intermediários, ou seja, acrescentando mais uma etapa antes do produto chegar ao consumidor, ao passo que compram da CEAGESP e vendem na feira, aumentando ainda mais o preço do produto.

No mapa 10, está representado os dois hipermercados de Presidente Prudente, o Muffato Max Atacadista e o Carrefour, bem como dois supermercados, o Econômico e o Estrela e os dois mercados, Ideal e Mercado do Chicão. Além da localização da feira livre que ocorre Sábados e Domingos na Avenida Manoel Goulart e da própria CEAGESP.

**Mapa 10 – Cidade de Presidente Prudente - SP.**



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Na mapa 10, ainda é possível observar que os dois hipermercados pesquisados tem um trajeto direto com a CEAGESP, ainda que não aja nenhuma dependência entre as instituições, diferentemente dos dois mercados, os quais compram todos os produtos hortifrutícolas na CEAGESP, que além de não possuírem rotas diretas, ainda são os que estão mais afastados da Companhia.

Não é possível datar precisamente o advento das feiras livres em Presidente Prudente, ao passo que produtores vendiam sua produção nas calçadas das ruas centrais, pois o município não tinha estrutura adequada para essa atividade, a Avenida Manoel Goulart uma das avenidas principais para comercialização desses produtos, desde a década de 50. A feira livre da Avenida Manoel Goulart, figura 11, possui mais de 70 anos e antes era realizada na Vila Marcondes, na área adjacente a estação da FEPASA (Ferrovia Paulista S/A). Depois acabou sendo transferida para a Praça da Bandeira e, posteriormente, para a avenida, onde é realizada atualmente, conforme figura 3.

**Figura 3** - Feira Livre da Avenida Manoel Goulart em Presidente Prudente.



Fonte: GoogleEarth, 2018. Org. Larissa O. Dionisio, 2018.

A Feira livre da Avenida Manoel Goulart é a principal da cidade. Nela foram realizadas entrevistas com dez feirantes, dentre os quais apenas dois possuíam propriedades rurais. A maioria dos feirantes comercializa na feira da Manoel Goulart e em outras feiras da cidade, apenas uma das feirantes entrevistadas fornece seus produtos a restaurantes e

mercados. Oito feirantes entrevistados compravam todos os seus produtos da CEAGESP de Presidente Prudente, enquanto dois compravam parte da produção; apenas um realmente produzia para comercializar, enquanto o outro produzia para subsistência e eventualmente vendia, preferindo comprar da CEAGESP.

Como supracitado, o circuito superior está dividido em atividades “puras”, “impuras” e “mistas”, sendo o comércio, a indústria e os serviços modernos considerados atividades “puras”, já o comércio e a indústria de exportação são atividades consideradas “impuras” (SANTOS, 2008).

Os bancos têm como característica a “união entre as atividades modernas da cidade e as cidades maiores do país” (SANTOS, 2008, p. 41).

Os supermercados e as grandes lojas são fortemente sustentados pelas estruturas bancárias, ou então eles mesmos controlam os bancos. Nesse último caso, trata-se de um capital comercial de um tipo novo assimilável ao capital financeiro de que dispõem as grandes indústrias e que lhes permite uma certa autonomia (SANTOS, 2008, p. 98).

Santos (2008) salienta que os supermercados e as grandes lojas são um fenômeno em expansão no que diz respeito a países subdesenvolvidos, pois cria a possibilidade de haver uma demanda mais numerosa e diversificada.

Para a pesquisa de campo foram escolhidas seis empresas que compram produtos da CEAGESP, sendo elas: dois hipermercados, dois supermercados e dois pequenos mercados.

A criação dos dois pequenos mercados pesquisados em Presidente Prudente deu-se na primeira década de 2000. O Mercado Ideal (foto 03) situa-se à Rua Abílio Nascimento, 759, no Jardim Santa Marta. Já o Supermercado Econômico está localizado à Rua Barão do Rio Branco (foto 06), 28, no centro da cidade de Presidente Prudente. O Supermercado Estrela teve sua origem em Regente Feijó no ano de 1983, no entanto somente em 2003 foi inaugurada uma loja em Presidente Prudente. A pesquisa de campo se deu na quarta loja da empresa, localizada à Rua Coronel Albino, 1944, no bairro São Judas Tadeu, está foi implantada em 22 de dezembro de 2007<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Supermercado Estrela. **Institucional** Disponível em: <<<http://www.superestrela.com.br/institucional.html>>>. Acessado em: 12 de out. 2016.

**Foto 03** - Fachada do Mercado Ideal.



Fonte: Larissa O. Dionisio, 2016.

**Foto 04** – Fachada do Supermercado Econômico



Fonte: Larissa O. Dionisio, 2016.

O Carrefour teve seu advento em Annecy, na França, em 1959. No ano de 1975 foi aberto o primeiro hipermercado no Brasil, em 1999 já contava com 59 lojas em todo país<sup>12</sup>. Foi em 1997 que a rede Carrefour comprou aproximadamente 50% da sociedade Eldorado, com sete hipermercados no estado de São Paulo<sup>13</sup>. O Carrefour em Presidente Prudente (foto 04), Hipermercado Eldorado até 1998, localiza-se à Avenida Manoel Goulart, 2.400, constituindo-se na empresa âncora do principal *shopping center* da cidade, o Prudenshopping.

<sup>12</sup> Carrefour. **Trajatória/grupo Carrefour**. Disponível em: << <https://www.carrefour.com.br/institucional/grupo-carrefour/trajetoria>>> Acessado em: 12 de out. 2016.

<sup>13</sup> UOL. **Carrefour compra 50% do Eldorado**. Disponível em: << <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi161216.htm>>> Acessado em: 04 de Nov. 2017.

**Foto 05 - Hipermercado Carrefour.**



Foto: Larissa O. Dionisio, 2016

O Muffato Max pertence ao Grupo Muffato, com sede na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, seu advento se deu em 1974, quando foi aberto um pequeno armazém, o abastecimento da loja se dava em São Paulo ou através de representantes de indústrias que se deslocava até a região. Sua expansão se deu com a possibilidade de atender a demanda das pessoas que trabalhavam na construção da Usina Itaipu, em Foz do Iguaçu<sup>14</sup>. O Muffato Max em Presidente Prudente (foto 06) está localizado na Avenida Salim Farah Maluf, 170 O Grupo Muffato é o proprietário do supermercado que se constitui na loja âncora do Parque Shopping Prudente.

---

<sup>14</sup> Disponível em: << <http://www.supermuffato.com.br/institucional/pt-br/tradicao-historia>>> Acessado em: 20 de Set. 2018.

**Foto 06** - Fachada do Muffato Max em Presidente Prudente.

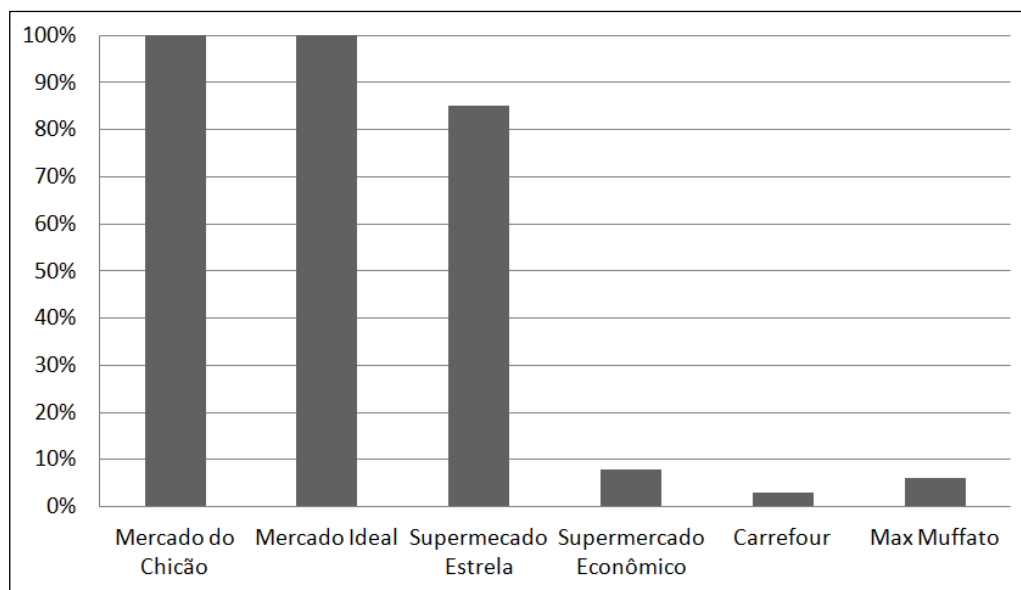


Foto: Larissa O. Dionisio, 2016.

Como mostrado no gráfico 6, elaborado com dados obtidos por meio da pesquisa de campo, os mercados adquirem a maior parte dos produtos hortifrutícolas da CEAGESP de Presidente Prudente, à medida que o supermercado Estrela também compra grande parte dos produtos hortifrutícolas da CEAGESP de Presidente Prudente, adquirindo 85% dos produtos de comerciantes do entreposto, já o supermercado Econômico compra 8% de comerciantes do entreposto, ao passo que o gerente do Econômico mencionou que compra a maioria dos produtos de agricultores.

Os hipermercados comprar poucos produtos hortifrutícolas da CEAGESP, sendo que o Carrefour compra apenas 3% e o Muffato Max cerca de 6%, à medida que possuem a matriz que fornecem ou outros meios.

**Gráfico 6** – Percentual dos produtos hortifrutícolas adquiridos da CEAGESP pelos estabelecimentos pesquisados



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Os produtos que não são fornecidos pela CEAGESP de Presidente Prudente são fornecidos por outras empresas, o funcionário do Max Muffato não divulgou o nome das empresas, já o funcionário do Carrefour deixou claro que os produtos hortifrutícolas eram oriundos da matriz, localizada na cidade de São Paulo.

É possível atribuir a CEAGESP de Presidente Prudente a característica de instituição que funciona como mediadora nos circuitos da economia urbana e também como instituição que integra diversos circuitos espaciais de produção.

## CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou a relação da CEAGESP de Presidente Prudente com os Circuitos Espaciais de Produção e com os Dois Circuitos da Economia Urbana, realçando as interações espaciais da CEAGESP de Presidente Prudente.

A CEAGESP de Presidente Prudente reúne diferentes fluxos do circuito espacial de produção em distintas escalas, transitando desde escalas nacionais até as locais. As escalas locais são mais expressivas, à medida que apresenta um grande fluxo na própria região de Presidente Prudente. Os municípios que frequentemente fornecem a CEAGESP de Presidente Prudente são os seguintes: Álvares Machado, Regente Feijó, Anhumas e Indiana. Em termos

de escala regional, o Paraná também é relevante para os fluxos de comercialização, ocorrendo, neste caso, a dupla circulação de mercadorias, ou seja, a unidade da CEAGESP de Presidente Prudente tanto remete quanto recebe produtos provenientes do noroeste paranaense.

Já no que se refere ao destino dos produtos hortifrutigranjeiros da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente, o raio de atuação compreende o Pontal do Paranapanema e a Nova Alta Paulista, além do Noroeste do Paraná e o Leste do Mato Grosso do Sul.

O abastecimento através da CEAGESP na cidade de Presidente Prudente se dá principalmente em feiras e pequenos mercados e excepcionalmente para alguns supermercados como é o caso do Supermercado Estrela que compra 85% de seus produtos hortifrutícolas no entreposto, enquanto o Supermercado Econômico e os hipermercados efetuam compras no entreposto somente esporadicamente. Todos esses estabelecimentos são agentes finais das trocas para o consumo, tendo a CEAGESP uma finalidade intermediária. Assim, a central reúne interações com os dois circuitos da economia urbana, além de incorporar os fluxos de diferentes circuitos espaciais de produção.

A maioria dos hipermercados e supermercados foi inaugurada entre a década de 1990 e 2000, apesar da ampliação desses elementos que fazem parte do circuito superior, ainda permanecerem as atividades ligadas ao circuito inferior, pois se faz necessária a compra e venda de produtos agrícolas.

As feiras livres perderam sua importância, sendo negligenciadas pelo poder público, ao passo que ocorreu à dominação da distribuição de produtos hortifrutigranjeiros por atacadistas e hipermercados. No entanto, por não apresentar um controle institucional, sua tendência foi a de se expandir na cidade nos últimos anos.

Para a melhor distribuição dos alimentos, o governo criou as centrais de abastecimento em resposta às crises de abastecimento agroalimentar do século XX, essas instituições tornaram-se importantes para o abastecimento de supermercados e hipermercados nas capitais brasileiras, ao passo que os feirantes também passaram a depender dessas centrais. Logo as centrais de abastecimento aceleraram o fluxo de distribuição de produtos hortifrutícolas, isto é da produção até o consumidor final, abrandando as possíveis crises de abastecimento alimentar e o problema da circulação de produtos agrícolas.

Em 1981 foi instalada a CEAGESP na cidade de Presidente Prudente, sendo que os estabelecimentos comerciais compravam os produtos hortifrutícolas diretamente dos produtores e intermediários.

A CEAGESP possui grande influência na definição dos preços. No caso de Presidente Prudente os hipermercados e supermercados adquirem produtos fora da rede CEAGESP, utilizando-a como amparo caso ocorra algum problema com os fornecedores dos quais normalmente adquirem os produtos, já os mercados menores têm grande, senão absoluta, dependência da dinâmica dessa central, paralelamente os feirantes também passaram a adquirir os produtos que revendem nessas centrais.

Com a crise de 2008 e a possível insegurança alimentar, a Associação das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) conjuntamente com o PROHORT criaram o manual operacional das CEASAS do Brasil, a fim de se antecipar a possível instabilidade e promover a instrução de inovações tecnológicas do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado de Hortigranjeiro (PROHORT), bem como procedimentos de higienização da produção hortifrutícola, os cuidados no armazenamento, dentre outros objetivos.

O advento das centrais de abastecimento possibilitou aos comerciantes o acesso aos produtos agrícolas, importantes para o reabastecimento de seus estabelecimentos, em razão da distribuição geográfica favorecer a logística de distribuição e o acesso rápido por parte do consumidor final. Contudo a CEAGESP reforça presença do intermediário, ao invés de integrar pequenos produtores ao seu circuito.

Através do estudo constatou-se que para se implementar políticas que promovam o abastecimento alimentar é de fundamental importância a compreensão da circulação de produtos hortifrutigranjeiros, a qual envolve agentes vinculados aos dois circuitos da economia urbana.

## REFERÊNCIAS

- ABRACEN, Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. Disponível em: <<<http://abracen.org.br/wp-content/uploads/2014/05/manual.pdf>>>. Acessado em: 20 de out. 2016.
- ABREU, D. S. Esboço histórico da Fundação de Presidente Prudente. IN: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 11-14.
- ANJOS, F. S.; BECKER, C. Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica**. Fortaleza, v. 45, p. 92-101, 2014.
- ARROYO, M. M. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v.2, n. 1, 2012, p. 7-26.

- BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. A. Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar cidades e promover o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas no desenvolvimento do Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 217-235.
- BENGOZI, F. J. Análise do mercado de abacaxi comercializado na CEAGESP – São Paulo. **Revista brasileira de fruticultura**. Jaboticabal, v. 20, n. 3, 2007, p. 494-499.
- BINI, D. L. C. *Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP)*. 2014. 638 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOTELHO, R. E. P. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico-informacional**. 2010. 220 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- CARVALHO, M. V. G. S. A.; PINHEIRO, A. M. G. S. . A logística do abastecimento na RMB: o caso CEASA. In: TOBIAS, M. S. G.; NETO, B. C.. (Org.). **Grande Belém: faces e desafios de uma metrópole insular**. 1ª ed. Belém: Ponto Press Ltda., 2010, v. 01, p. 25-48.
- CASTILLO, R. A.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474. 2010.
- CATAIA, M.; SILVA, S. C. da.; Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas v.3, n. 1, p. 55-75. 2013.
- CEAGESP-Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo. Disponível em: <<<http://www.ceagesp.gov.br/atacado/rede/prudente>>> Acessado em: 6 de set. 2014.
- CLEMENTE, E. C.; HESPANHOL, A. N. Reestruturação da cadeia produtiva do leite: a especialização do produtos é a solução?. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 4, n.8, p.180-211. 2009.
- CONAB Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1209&t=>>> Acessado em: 13 de Abr. de 2016.
- CONAB. Prohort. Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro. Disponível em: <<<http://www.ceasa.gov.br>>> Acessado em 16 de Ago. 2017.
- CONAB. Siscom. Sistema Informações Setoriais de Comercialização. Disponível em: <<<http://www3.ceasa.gov.br/siscomweb/>>> Acessado em: 16 de Ago. de 2017.
- CONSCIÊNCIA POLÍTICA, *Site dedicado a informação e estudo político*. Disponível em: <<<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>>> Acessado em: 21 de Abr. de 2017.
- COELHO, O. M.; PEREIRA, M. F. V. O circuito inferior da economia na área central de Unerlândia (MG): avaliação e caracterização. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 163-188. 2011
- CUNHA, A. R. A A.;CAMPOS, J. B. Sistema CEASA: uma rede complexa e assimétrica de logística. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. 13, 2008, Belo Horizonte, **Anais...**, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008, p. 1-19.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades Socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n.1, p. 25-39. 2007.
- FREDO, C. E. OTANI, M. N. Caracterização preliminar da agricultura familiar no estado de São Paulo. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 45, n.6, p. 9-29, nov./dez. 2015.
- FIRETTI, R.*et al.* Participação de organizações sociais na gestão de entrepostos de abastecimento: o caso da Ceasa/PR em Londrina. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n.4, 2011, p. 64-72.
- GALEAZZI, M. A. M. **Segurança Alimentar e Cidadania – a contribuição das Universidades Paulistas**. Campinas: Mercado das Letras, 1996, 352p.

- GOMES, M. E. S.; ANTONIALLI, L. M.; COSTA, C. C. Caracterização dos produtores rurais de Minas Gerais ofertantes da CEASA. In: CONGRESSO DA SOBER, 43. , 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005.
- HARVEY, D. A globalização contemporânea. In: **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 79 – 103.
- HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL, R. A. M. Os efeitos da elevação dos preços das COMMODITIES agrícolas sobre a Segurança alimentar. **Revista Faz ciência**, Paraná, v. 12, n. 15, p. 73-94, 2010.
- HESPANHOL, R. A. M. Programas de aquisição de alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, v. 25, n. 3, p.469-483. 2013.
- IBGE, *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. 2017. Disponível em: <<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>> Acessado em: 02 de Mai. 2018.
- JOLY, C. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis – BA**. 2007, 70f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo.
- LECHENER, N. A. A modernidade e a modernização são compatíveis? O desafio da democracia Latino-Americana. **Lua Nova**, São Paulo, 21, 1990.
- LOCATEL, C. D.; HESPANHOL, A. N. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (Org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 117-132.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 285 p.
- MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. de. **Comercialização de produtos agrícolas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, 295 p.
- MEDEIROS, A. M. Políticas Públicas, 2013. Disponível em: <<<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas-publicas/>>> Acessado em; 21 de Abr. 2017.
- PAULINO, E. T. Capitalismo e camponeses: rearranjos em cursos no município de Presidente Prudente. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 53-69.
- PECHTOLL, J. L. A segurança alimentar no contexto das Ceasas. ABRACEN – Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. **Manual operacional das Ceasas do Brasil**. Belo horizonte:AD2 editora, 2011.
- QUEIROZ, T. A. N. **A CEASA-RN e os circuitos da economia urbana: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN**, 2014, 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.
- SANTOS, Milton. Le circuit inférieure: le soi-disant secteur informel. *Les Temps Modernes*, nov., XXX année, 1976.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988, 124 p.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª Ed., 1ª reimpr, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 176 p. (Coleção Milton Santos6)
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e emoção**, 4ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 388p.

- SANTOS, M. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ª Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 440 p. (Coleção Milton Santos4)(Primeira Edição, 1979)a.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 473 p.
- SEABRA, Manoel; GOLDENSTEIN, Léa. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia.** São Paulo: FFLCH/USP, n. 1, p. 21-47, 1982. Disponível em: <<<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/indez.php/rdg/articles/view/292>>> Acessado em: 06 de Jul. 2015.
- SILVA, S. C. de. A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil. *Espaço e Economia*, 2013. Disponível em: <<<http://espacoeconomia.revues.org/475%20;%20DOI%20:%2010.4000/espacoeconomia.475>>> Acessado em: 01 de Set. 2015.
- SILVA, P. C. A teoria dos dois circuitos da economia urbana e a mídia na contemporaneidade. **Lumina.** Juiz de Fora. v. 9, n2, p. 1-24. 2015.
- SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16. , 2010, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: ENG, p. 1-11.
- SPOSITO, Eliseu Savério. A teoria dos dois circuitos da economia urbana: seu esquecimento ou sua superação?. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 21, p. 43-51, 1999.
- SUPER MUFFATO.COM. Quem somos. *Tradição Histórica.* Disponível em: <<<http://www.supermuffato.com.br/institucional/pt-br/tradicao-historia>>> Acessado em: 20 de Set. 2018.
- TARTAGLIA, J. C. Desenvolvimento, fome e segurança alimentar. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania.** Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1996. p. 117-130.
- TSUKAMOTO, R. Y.; ASARI, A. Y.; Agricultura familiar e segurança alimentar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21. , 2012, Uberlândia, **Anais...** Uberlândia: UFU/Lagea, 2012, p. 1-15.
- VEDANA, V. Trabalho e abastecimento urbano: pesquisa etnográfica sobre o trabalho no comércio de alimentos na CEASA/RS In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36. , 2012, Águas de Lindóia, **Anais...** Águas de Lindóia: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012, p. 1-20.

## ANEXOS

### A. Formulário a ser aplicado junto aos permissionários do CEAGESP de Presidente Prudente

Nome do permissionário: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

1. Reside na: ( ) propriedade rural ( ) cidade

Onde? \_\_\_\_\_

Tamanho da propriedade: \_\_\_\_\_

2. A produção agrícola é a única fonte de renda? ( ) sim ( ) não

Se não, qual é a principal fonte de renda?

---



---

3. A produção provém de: ( ) Presidente Prudente ( ) outros municípios

Se de outros, quais? \_\_\_\_\_

4. Há quanto tempo trabalha com agricultura? \_\_\_\_\_

5. Tem ajuda de outros membros da família? ( ) sim ( ) não

Se sim, quantas pessoas da família ajudam com a produção, transporte e venda?

---



---

6. Utiliza mão de obra assalariada? ( ) sim ( ) não

Se sim, quantos empregados? \_\_\_\_\_

7. Qual o destino da produção?

---



---



---

8. Qual o meio de transporte utilizado?

---

---

---

9. Elementos utilizados na manipulação da produção.

---

---

---

10. Ações de limpeza e desinfecção.

---

---

---

11.

Produto	Produção Mensal (Kg)	Valor da produção Mensal (R\$)	Quais instituições comercializa
---------	----------------------	--------------------------------	---------------------------------

12. A renda é suficiente para arcar com as despesas? ( ) sim ( ) não

Por quê?

---

---

13. Principais problemas encontrados para a comercialização?

---

---

---

14. Localização do CEAGESP de Presidente Prudente favorece a comercialização? ( )  
sim ( ) não

Por quê?

---

---

15. Pontos positivos e negativos do CEAGESP de Presidente Prudente.

---

---

---

16. Benefícios que a CEAGESP de Presidente Prudente proporciona?

---

---

---

17. Como se dava a comercialização dos produtos antes da CEAGESP de Presidente Prudente.

---

---

---

18. Com quais instituições se dava a comercialização antes da CEAGESP de Presidente Prudente.

---

---

---

**B. Roteiro de entrevista a ser aplicado junto ao Gerente do CEAGESP**

1. Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_
2. Função: \_\_\_\_\_
3. Desde quando trabalha na CEAGESP de Presidente Prudente? \_\_\_\_\_
4. Já trabalhou em outros lugares? \_\_\_\_\_
5. Como se dá o funcionamento da CEAGESP?
6. Quantas pessoas trabalham na administração da CEAGESP de Pres. Prudente? \_\_\_\_\_
7. Quais são as normas da CEAGESP?
8. Quais as normas da CEAGESP que os permissionários devem seguir?
9. Como se dá o controle em relação aos permissionários? São cadastrados?
10. Quais benefícios do CEAGESP de Presidente Prudente para o município?
11. Quais as dificuldades do CEAGESP de Presidente Prudente para não garantir plena comercialização?
12. Pontos positivos e negativos da CEAGESP de Presidente Prudente.
13. Meios de circulação de mercadoria antes da CEAGESP de Presidente Prudente ser implementado.
14. Qual infraestrutura exigida para comercialização?
15. Qual tecnologia exigida para comercialização?

16. Quais os produtos comercializados?
17. Há algum controle da produção comercializada?
18. Como é constituído o preço dos produtos vendidos na CEAGESP de Presidente Prudente?
19. Quanto os permissionários pagam para utilizar o espaço da CEAGESP?

**C. Roteiro de entrevista a ser aplicado junto às instituições que compram da  
CEAGESP**

1.Nome do entrevistado:

---

2.Função:

---

3. Instituição:

---

4. Tempo que ocupa a função?

---

5.Onde são adquiridos os produtos comercializados?

6. Como é trazido os produtos adquiridos?

7. Qual o valor mensal que é comprado?

8 O que influência nos preços?

9 A perda dos produtos influi no preço?

10. Quais produtos são comprados na CEAGESP de Presidente Prudente?

11. Quais não são comprados na CEAGESP de Presidente Prudente?

12. A instituição comercializa diretamente com produtores? Por quê?

13. Como se dava a compra dos produtos antes do CEAGESP?

14. A localização do CEAGESP beneficia a comercialização com a instituição?

15. Quais os pontos positivos e negativos da CEAGESP de Presidente Prudente para a instituição?

**D. Roteiro de entrevista a ser aplicado junto aos feirantes**

1.Nome do entrevistado:

\_\_\_\_\_

2.Função: \_\_\_\_\_

3. Possui propriedade? ( ) sim ( ) não

Onde? \_\_\_\_\_

Qual o tamanho? \_\_\_\_\_

4. Quanto tempo trabalha com agricultura? \_\_\_\_\_

5. A comercialização na feira é suficiente para arcar com as despesas? ( ) Sim ( ) Não  
Se não, quais são as outras fontes de renda?

6. Comercializa em outro lugar ou com outras instituições, quais?

7. O transporte dos produtos é o próprio ou de outros?

8. Por que não comercializa na CEAGESP de Presidente Prudente?

9. Compra produtos na CEAGESP de Presidente Prudente? Quais?

10. Comercializa-se na CEAGESP de Presidente Prudente, qual o motivo?

11. Pontos positivos e negativos da CEAGESP de Presidente Prudente.

12. Quanto paga para a prefeitura para vender na feira?

13. O que acha do preço cobrado e das condições oferecidas pela prefeitura?

**E. Formulário a ser aplicado junto aos permissionários do CEAGESP de  
Presidente Prudente**

Nome do permissionário: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

1. Reside na: ( ) propriedade rural      ( ) cidade

Onde? \_\_\_\_\_

Tamanho da propriedade: \_\_\_\_\_

2. Há quanto tempo trabalha com agricultura? \_\_\_\_\_

3. Produção provem de: ( ) Presidente Prudente      ( ) Outros municípios

Qual? \_\_\_\_\_

4. Tem ajuda de: ( ) membros da família ( ) mão de obra assalariada

Quantos? \_\_\_\_\_

5. Quanto ao destino da produção:

( ) CEAGESP

( ) Mercados

( ) Restaurantes

( ) Feiras

( ) Outras instituições

Qual? \_\_\_\_\_

6. Produz:

( ) Frutas

( ) Legumes

( ) Grãos

( ) Vegetais

7. Volume da produção mensal:

- ( ) Abaixo de 500 kg
- ( ) 500 kg à 1.000 kg
- ( ) 1.000 kg à 1.500 kg
- ( ) 1.500 kg à 2.000 kg
- ( ) Acima de 2.000 kg

Quanto? \_\_\_\_\_

8. Localização do CEAGESP de Presidente Prudente favorece a comercialização?

- ( ) sim    ( ) não

Por quê?

---

---

9. Pontos positivos e negativos do CEAGESP de Presidente Prudente.

---

---

---

10. Principais problemas encontrados para a comercialização?

---

---

---

**F. Roteiro de entrevista a ser aplicado junto aos produtores da Região de  
Presidente Prudente**

Nome do permissionário: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

1. Tamanho da propriedade: \_\_\_\_\_
2. Desde quando possui a propriedade?
3. O que se produz na propriedade?
4. Possui pomar domestico?
5. Qual parte da produção é destinada a venda, qual é destinada para o consumo próprio?
6. Comercializa com quais instituições?
7. Quais as dificuldades encontradas para a produção na região de Presidente Prudente?
8. Possui ajuda de membros da família? Quantos?
9. Possui ajuda de mão de obra assalariado? Quantos?
10. Quais são as dificuldades encontradas para a comercialização na região de Presidente Prudente.